

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte terá menos tempo para declarar o IR em 2022..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Restituição do IR poderá chegar via Pix..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contra a autocracia na Câmara (Editorial)..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - SAÚDE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Autoteste de covid deverá estar disponível a partir da próxima semana..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entrega da declaração de Imposto de Renda começa em 7 de março..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Governo central registra superávit recorde de R\$ 76, 5 bi..... 11

FOLHA ONLINE - SP - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

STF garante revisão da vida toda do INSS; veja quem tem direito..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Voto secreto surgiu há 90 anos com entraves e controle de grupos políticos..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SERVIDOR PÚBLICO

Os 90 anos do nosso primeiro Código Eleitoral (Artigo)..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ESTADÃO BLUE STUDIO
REFORMA TRIBUTÁRIA

2022 será ano desafiador para a economia brasileira..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara legaliza jogo do bicho e cassino..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Equipe de Guedes teme ações populistas sobre combustíveis com guerra..... 22

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Risco de lavagem e ganho econômico opõem analistas..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com a guerra, aumenta a inflação no Brasil - CLAUDIA SAFATLE..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Congresso pede posição enérgica do país no conselho da ONU..... 26

Sexta-Feira, 25 de Fevereiro de 2022

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Recessão e mais inflação 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

STF perto de avaliar Fundão 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro faz aposta de risco com os EUA - BRASÍLIA - DF 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Guerra agrava a inflação e a desaceleração no Brasil 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Petróleo supera US\$ 100, dólar volta a subir e Bolsa de Moscou cai 33% 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Petrobras diz que vai aguardar para decidir sobre reajustes 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Guerra faz preço de grãos disparar e terá consequências sobre a inflação 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Vale registra maior lucro da história do Brasil, de R\$ 121 bi 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Desemprego recua em 2021, mas renda é a menor da década no país 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
ECONOMIA

Rússia pode usar exportações de petróleo e gás como arma 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Guerra derruba Bolsas; dólar sobe 2% 47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O conflito da Ucrânia e a economia - CELSO MING 48

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para economistas, guerra deve aumentar inflação e desacelerar PIB no Brasil 50

O ESTADO DE S. PAULO - ESTADÃO BLUE STUDIO
ECONOMIA

Risco fiscal é entrave para recuperação econômica de longo prazo 51

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Invasão russa embaralha ação dos BCs no Brasil e no mundo 53

Contribuinte terá menos tempo para declarar o IR em 2022

Suzana Petropouleas, Fernanda Brigatti e Cristiane Gercina

A **Receita Federal** divulgou nesta quinta (24) as regras para o Imposto de Renda em 2022. Entre as novidades deste ano, está a possibilidade de usar a função de pré-preenchimento da declaração em todas as plataformas de entrega, inclusive pelo celular. Para isso, será necessário ter uma conta nível ouro ou prata no portal gov.br.

Os 34,1 milhões de contribuintes obrigados a declarar neste ano terão um prazo menor do que o habitual para enviar o documento à **Receita Federal**. O motivo é que a entrega do documento começará com atraso, em 7 de março. A data final é 29 de abril, às 23h15. Quem atrasa paga multa mínima de R\$ 165,74, podendo chegar a 20% do IR devido no ano.

Em anos anteriores, a prestação de contas começava em 1º de março. Em 2022, no entanto, com a paralisação dos servidores da **Receita Federal** ocorrida no final do ano, a entrega de cargos de confiança e a operação-padrão no órgão, que dura até agora, fará a liberação do programa atrasar.

Além da declaração pré-preenchida, há outras novidades, que têm como objetivo tornar mais ágil e precisa a entrega do documento, segundo José Carlos da Fonseca, supervisor nacional do IR.

Entre elas, estão o pagamento da restituição por Pix, novos códigos na ficha de bens e direitos, mudanças na ficha de rendimentos recebidos acumuladamente e a necessidade de informar se o dependente mora com o titular ou não.

A declaração pré-preenchida terá dados a que a **Receita Federal** já tem acesso, como as informações que foram declaradas pelo contribuinte em 2021, além dos rendimentos recebidos ao longo do ano passado, que foram informados pela empresa ao fisco. Gastos com saúde, especialmente no caso de convênio médico, também serão preenchidos automaticamente.

No entanto, o cidadão deve conferir o que está no documento pré-preenchido e nos informes e recibos que tem consigo. Erros não são de responsabilidade da Receita e podem levar à malha fina do IR, fazendo com que o contribuinte fique sem a restituição até que

consiga sanar as falhas. O cidadão poderá escolher utilizar os dados que a Receita já preencheu, alterá-los ou excluí-los.

Uma outra novidade está na ficha "Rendimentos Recebidos Acumuladamente", nas qual os aposentados do **INSS** que receberam precatórios na Justiça ou atrasados no posto do **INSS** informam esses valores. Neste ano, o programa tem um campo novo para declarar os juros da ação judicial.

No caso de quem tem atividade rural, há possibilidade de incluir outras pessoas que exploram o mesmo imóvel, com o percentual de participação de cada um.

Para os contribuintes com dependentes, será possível informar email e celular de cada um deles. Além disso, neste ano, será necessário declarar se o dependente mora ou não com o titular.

No caso dos alimentandos, que são aqueles que recebem pensão alimentícia, a partir de 2022, os declarantes terão que informar quem paga a pensão do alimentando, se o titular ou o dependente.

O fisco informou que a partir deste ano a ficha "Bens e direitos" terá novos códigos. O motivo é a dificuldade do cidadão de identificar qual código deveria usar para seu bem. Agora, serão grupos, que trarão os códigos em cada um deles.

Quem vai declarar um carro, por exemplo, deverá escolher o grupo "bens móveis". Para a casa própria, a opção é o "bens imóveis". Cadernetas de poupança, por exemplo, serão declaradas na mesma ficha que seus rendimentos. O órgão afirmou que a mudança deve agilizar e tornar mais fácil o preenchimento.

Outra novidade será a exigência de informações complementares sobre bens declarados. O número do Renavam será obrigatório, assim como o código de registro de obras. No caso do Renavam, já havia possibilidade de informá-lo na declaração. O supervisor do IR diz que 85% já declaravam o dado.

A possibilidade de usar as informações preenchidas em anos anteriores para facilitar a entrega da declaração co-meçou a ser adotada em 2014. Até 2019, ela era exclusiva para usuários que possuíam certificado digital pago, comercializado por empresas

de segurança privadas.

Em 2020, a funcionalidade foi estendida para contribuintes que preencheram a declaração online, no desktop, por meio da conta gov.br. Neste ano, usuários com conta gov.br nível ouro e prata poderão enviar a declaração pré-preenchida em qualquer plataforma, como desktop, celulares e tablets.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49832&anchor=6450814&pd=5f3d26043d009e7c2b9ecb627996a206>



Saiba mais sobre a declaração do IR

Prazo de envio

Das **8h** do dia **7 de março** até as **23h59** do dia **29 de abril**

Liberação do programa

Em 7 de março

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2022 o contribuinte que...

- Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2021
- Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil
- Obteve ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto
- Teve isenção de imposto sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias
- Fez operações em Bolsas de Valores, de mercadorias, de futuros e semelhantes
- Tinha, em 31 de dezembro de 2021, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 300 mil
- Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 142.798,50
- Quem quer compensar, em 2021 ou anos seguintes, prejuízos da atividade rural de 2021 ou anos anteriores
- O contribuinte que passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Cronograma de pagamentos dos lotes de restituição

1º lote

31 de maio

2º lote

30 de junho

3º lote

29 de julho

4º lote

31 de agosto

5º lote

30 de setembro

VALOR DAS DEDUÇÕES

Com dependentes

R\$ 2.275,08 por dependente

Com educação

limite individual de até R\$ 3.561,50 no ano

R\$ 16.754,34

É o limite de dedução do desconto simplificado

NOVIDADES

Pix

- O pagamento da restituição poderá ser feito por Pix, desde que a chave do contribuinte seja o número do CPF do titular da declaração
- O Pix também poderá ser usado para quitar o Darf, para contribuintes com imposto a pagar

Auxílio emergencial

A declaração não terá a opção de devolução

Declaração pré-preenchida

Disponível a partir de 15 de março, terá os valores dos rendimentos recebidos no ano passado, que foram informados pela empresa à Receita. Gastos com saúde, especialmente no caso de convênio médico, serão preenchidos automaticamente. Também terá informações declaradas pelo contribuinte em 2021

Juros de ações judiciais

A ficha "Rendimentos Recebidos Acumuladamente" tem um campo novo para declarar os juros da ação judicial, como atrasados do INSS

Dependentes e alimentandos

- Será possível informar email e celular de cada um dos dependentes e será necessário declarar se o dependente mora ou não com o titular
- No caso dos alimentandos, que são aqueles que recebem pensão alimentícia, a partir de 2022, os declarantes terão que informar quem paga a pensão do alimentando, se o titular ou o dependente

Restituição do IR poderá chegar via Pix

fernanda strickland

A **Receita Federal** divulgou, ontem, o calendário e as regras para a declaração do Imposto de Renda de 2022, ano-base 2021. O prazo para a entrega das declarações voltou ao período tradicional e será entre 7 de março e 29 de abril. Nos anos anteriores, esse prazo foi ampliado em razão da pandemia. Para quem tiver direito a restituição, as liberações começarão em 31 de maio.

Entre as novidades deste ano, estão o acesso ampliado à declaração pré-preenchida, por meio de todas as plataformas disponíveis, e a possibilidade de usar o Pix para o pagamento do imposto ou o recebimento da restituição. O novo programa para preenchimento da declaração estará disponível para aplicativos de smartphone e para computador a partir de 7 de março. As empresas têm até o próximo 28 de fevereiro para entregar aos funcionários o comprovante de rendimentos.

O prazo de entrega da declaração normalmente começa em 1º ou 2 de março. Desse modo, neste ano os contribuinte terão uma semana a menos para acertar as contas com o Leão. Segundo a Receita, o programa de declaração atrasou devido à operação padrão feita por servidores do órgão, que reivindicam aumento de salários.

De acordo com o Fisco, o crédito em conta via Pix facilitará o pagamento da restituição, reduzindo a necessidade de reagendamento devido a contas inválidas informadas no preenchimento da declaração, ou em razão de troca de banco. A Receita explicou, porém, que o crédito nesta modalidade será feito somente para chaves Pix iguais ao CPF do titular da declaração. Não serão aceitos telefone, e-mail ou chave aleatória.

José Carlos da Fonseca, auditor fiscal e supervisor nacional do IR Pessoa Física, lembrou que, até o ano passado, era possível indicar conta bancária, conta poupança e conta de pagamento para receber a restituição do IR. Nesse ano, com a opção do Pix, não será necessário preencher conta bancária. Para aqueles que tiverem imposto a pagar, o recolhimento também poderá ser feito por Pix. Para isso, o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) virá com o código de barras para permitir o pagamento.

Segundo a **Receita Federal**, a expectativa é de que

sejam entregues 34,1 milhões de declarações neste ano. "Historicamente, temos 5,7% de novos declarantes a cada ano. Considerando os 31 milhões do ano passado, teríamos 1,8 milhão de novos declarantes", especificou o órgão.

Sem Correção

A tabela do Imposto de Renda ? que traz as faixas de ganho tributáveis e as respectivas alíquotas do tributo ? não teve reajuste por mais um ano e, portanto, os valores serão os mesmos de 2021. A tabela foi atualizada pela última vez em 2015. Com o congelamento, a cada ano, mais brasileiros caem nas garras do Leão ou sofrem elevação do imposto, apenas por conta da **inflação**.

Segundo a Unafisco Nacional, entidade que representa os auditores fiscais da Receita, somente no governo de Jair Bolsonaro (PL), cerca de 5 milhões de pessoas foram prejudicadas. A correção da tabela foi uma das promessas de campanha não cumpridas pelo presidente.

De acordo com os cálculos da Unafisco, o governo confiscará cerca de R\$ 48 bilhões de trabalhadores e aposentados neste ano por meio do congelamento da tabela. Levantamento feito pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ) indica que a falta de correção na tabela do IR provoca uma perda anual de mais de R\$ 5 mil para contribuintes com ganhos de até cinco salários mínimos.

"Hoje, com esse nível de renda, temos cerca de 8 milhões de isentos. Com a correção integral, teríamos 23,75 milhões de pessoas que não pagariam o IR", explicou Mauro Silva, presidente da Unafisco Nacional. "Isso significa que temos mais de 15 milhões de contribuintes que estão pagando Imposto de Renda indevidamente, porque não foi feita a correção integral da tabela pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)", acrescentou.

Fique atento

Receita divulga regras do Imposto de Renda da Pessoa Física 2022



Prazo:

- O prazo de entrega das declarações começa em **7 de março** e vai até **29 de abril**;
- As restituições, para quem tem direito a receber dinheiro de volta, serão liberadas a partir de **31 de maio**.



É obrigado a fazer a Declaração de Renda em 2022:

- Quem recebeu rendimentos tributáveis acima de **R\$ 28.559,70 em 2021**. O valor é o mesmo da declaração do IR do ano passado;
- Contribuintes que receberam rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma tenha sido superior a **R\$ 40 mil** no ano passado;
- Quem obteve, em qualquer mês de 2021, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;
- Pessoas que tiveram isenção de imposto sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias;
- Quem teve, em 2021, receita bruta em valor superior a **R\$ 142.798,50** em atividade rural;
- Contribuinte que tinha, até **31 de dezembro de 2021**, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a **R\$ 300 mil**;
- Quem passou para a condição de residente no Brasil em qualquer mês e se encontrava nessa condição em **31 de dezembro de 2021**.



Novidade:

- Pagamentos e recebimentos poderão ser feitos por meio do Pix.

Fonte: Receita Federal



Contra a autocracia na Câmara (Editorial)

Se ainda restava esperança de que a pandemia de covid- 19 levaria o Congresso a se debruçar sobre projetos que podem melhorar as condições de vida da população, não há mais. A pretexto de proteger os parlamentares, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se aproveitou do avanço tecnológico que permitiu o advento das votações remotas para impor um ritmo frenético de deliberação de pautas que estão longe de ser prioridade e de ter consenso na sociedade.

Na Câmara de Lira, nada passa pelas comissões temáticas, cuja atribuição é justamente aprofundar o debate antes que os textos sejam submetidos ao plenário, onde as discussões são mais rasas. Neste momento, a precedência é a legalização de cassinos, bingos, caça-níqueis, apostas online e jogo do bicho, por meio do "Marco Regulatório dos Jogos no Brasil".

É tudo para ontem. O texto em questão tramita desde 1991 e recebeu aval de uma comissão especial. O detalhe é que isso ocorreu em agosto de 2016 - ou seja, na legislatura anterior.

Nos escaninhos da Câmara, o parecer repousou em berço esplêndido até o ano passado. Em setembro, Lira criou um grupo de trabalho para discutir o assunto com dez parlamentares. Todos já apoiavam a legalização dos jogos previamente. Na única audiência pública realizada na Comissão de Turismo da Casa em 2021, somente empresários do ramo foram convidados para o debate.

Em dezembro, na última sessão do ano, um requerimento de urgência - recurso que permite que o texto "fure" a fila de tramitação - foi aprovado em menos de uma hora. O substitutivo apresentado ao plenário pelo relator, deputado Felipe Carreras (PSB-PE), é composto por nada menos que 117 artigos e foi protocolado na semana em que iria a plenário. Apesar da avidez dos debates evidentemente enviesados, nos quais ninguém foi chamado para criticar a legalização, Lira disse que não houve pressa de sua parte ao pautar o tema no Legislativo. Ao contrário: o projeto estaria "maduro". Para o presidente da Câmara, aqueles que se opõem à discussão da matéria não passam de "sectários" e o fazem por "hipocrisia" e "demagogia pura". "Onde não acontecem jogos no Brasil? Temos o jogo do bicho há uma vida. Nós temos cassinos, eu não quero ser grosso, mas em São Paulo deve ter mais de 300", afirmou, como se a mera existência da jogatina justificasse retirá-la da clandestinidade.

Lira não disse a que sectários se referia, mas convém lembrar ao presidente da Câmara que a legalização de jogos de azar, quando seriamente discutida pela última vez pelo Legislativo, contava com a oposição frontal de muitos - do Ministério Público Federal (MPF), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), da Polícia Federal, da **Receita Federal**, de especialistas em saúde pública e assistência social e de religiosos. Há muitas razões para esse posicionamento, a começar pelo fato de que a jogatina é o recurso preferido de criminosos para lavar dinheiro oriundo de atividades ilícitas e arruína a vida dos viciados e de suas famílias. Não será a promessa de "regras duras, com 'compliance'" - princípios da proposta, segundo Lira -, que resgatará a atividade da imoralidade.

A bem da verdade, ser a favor ou contra a legalização dos jogos não é a questão, mas o reiterado modus operandi autocrático de Lira. Ele recorreu à mesma tática na discussão da Lei de Improbidade Administrativa, da reforma do Imposto de Renda e até da famigerada PEC dos Precatórios: consiste em uma votação às cegas, em que os deputados não têm acesso prévio nem tempo de analisar o longo relatório.

É estarrecedor que tão poucos parlamentares protestem contra essa prática.

Nesse sentido, o rei do "orçamento secreto" tem agido como um déspota nada esclarecido, impondo a pauta e negando espaço ao contraditório. Na distopia do Centrão, Lira quer fazer acreditar que não há vozes alternativas - e, se existem, elas devem ser ignoradas por serem minoritárias e um obstáculo ao que ele defende ou se comprometeu a aprovar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Autoteste de covid deverá estar disponível a partir da próxima semana

RENATA OKUMURA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, até agora, a venda de duas marcas de autotestes de covid-19 no Brasil. A segunda liberação, concedida na quarta-feira, foi para o Covid Ag Detect, da empresa Eco Diagnóstica Ltda. Com produção nacional, o preço por unidade deve ficar entre R\$ 39,90 e R\$ 59,90 e a expectativa é de iniciar a distribuição a partir da próxima sexta-feira.

Já a outra empresa com registro no País, a CPMH Produtos Hospitalares, recebeu 20 milhões de unidades da China. A previsão é de começar as vendas do produto, o Novel Coronavirus (Covid-19) Autoteste Antígeno, também no próximo mês. Ambos foram permitidos para uso com amostra de swab nasal, de forma não profunda, que oferece o resultado após 15 minutos.

O produto da Eco Diagnóstica é fabricado em Corinto (MG) e todos os insumos necessários para o produto já se encontram na indústria. "Nossa ideia é chegar a 1 milhão de autotestes por semana. Vamos focar a entrega para as grandes redes de todo o Brasil", disse ao Estadão Vinícius Pereira, CEO da Eco Diagnóstica.

A aprovação, que levou 22 dias, também foi publicada no Diário Oficial da União.

Segundo ele, há 5 milhões de testes reservados para as principais redes do Brasil.

Já a CPMH Produtos Hospitalares, primeira empresa autorizada pela Anvisa, recebeu o 1.º lote importado do produto. Neste caso, os testes são produzidos pela empresa chinesa Bioscience (Tianjin) Diagnostic Technology, que já é fornecedora de outros testes profissionais para a CPMH.

Em um primeiro momento, a empresa do Distrito Federal recebeu 20 milhões de unidades, que serão distribuídas para 35 mil farmácias e lojas de artigos médicos de todo o Brasil ainda em março. Lotes futuros já estão em negociação. "O produto já está no Brasil. Estamos apenas aguardando as autorizações da Anvisa e da **Receita Federal** para serem entregues para as farmácias e lojas de artigos médicos", disse Rander Avelar, responsável técnico da empresa. Esse produto já é vendido nos Estados Unidos, na Europa e

na Ásia.

Embora o preço final seja definido pelos vendedores, ele afirma que vai monitorar os valores praticados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Entrega da declaração de Imposto de Renda começa em 7 de março

GUILHERME PIMENTA

A **Receita Federal** divulgou ontem as regras para a declaração do Imposto de Renda este ano, referente ao ano de 2021.

A apresentação da declaração tem início no dia 7 de março, às 8h, e o prazo vai até 29 de abril, às 23h59. O governo estima receber 34,1 milhões de declarações este ano, mesmo número de 2021.

A maior novidade é a ampliação do acesso à declaração pré-preenchida. Agora, todos os contribuintes que possuam níveis de segurança altos na plataforma gov.br (níveis ouro e prata) poderão usar esse modelo, que permite ao usuário iniciar a declaração já com várias informações úteis que facilitam o preenchimento. A declaração pré-preenchida estará disponível a partir do dia 15 de março. Antes, a facilidade era limitada a quem tinha certificado digital.

O cronograma dos lotes de restituição para este ano ficou estabelecido em 31 de maio, 30 de junho, 29 de agosto, 31 de agosto e 30 de setembro.

Quem apurar imposto a pagar na declaração poderá dividir o valor em oito cotas, nenhuma inferior a R\$ 50. Se o valor a pagar for inferior a R\$ 100, deverá ser quitado em uma única cota. O pagamento das cotas do Imposto de Renda poderá ser feito via Pix, e o cidadão também poderá receber a restituição via Pix.

O contribuinte poderá baixar o software necessário para a entrega da declaração a partir de 7 de março e será multiplataforma.

Assim, será possível começar a declaração pelo celular, continuar no programa pelo computador e finalizar pelo e-Cac, sistema disponível no site da Receita.

LIMITE MÍNIMO. São obrigados a declarar o Imposto de Renda, entre outros, residentes no Brasil com rendimento anual tributável acima de R\$ 28,559 mil em 2021. O auxílio emergencial, caso recebido, é rendimento tributável e também deve ser levado em consideração neste cálculo.

Operadores em Bolsa de Valores, quem obteve ganho

de capital na alienação de bens e isenção de imposto sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias, também estão obrigados a declarar.

Este ano, a Receita informou que aprimorou o programa necessário para efetuar a declaração, agrupando alguns códigos e facilitando os campos para preenchimento das informações, principalmente bens e direitos.

O órgão informou ainda que agora os dados dos dependentes também serão exigidos.

INFORME DE RENDIMENTOS. As empresas têm até segunda-feira para enviar ao empregado o informe de rendimentos do ano de 2021. O documento é essencial para preencher a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e reúne informações como renda recebida no ano-base (2021), imposto retido na fonte e CNPJ da fonte pagadora.

Conforme a Receita, o prazo para compartilhar o documento estava previsto para hoje, 25 de fevereiro, mas foi alterado, considerando que, embora dia 28 seja feriado bancário, "as declarações têm caráter informativo, sem geração de imposto a pagar", informa o site da entidade.

O dia 28 também é o limite para compartilhar a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (Dimob), a Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (DMED) e a e- Financeira.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo central registra superávit recorde de R\$ 76,5 bi

LORENNA RODRIGUES

Com forte alta na arrecadação de **tributos**, as contas do governo central (que reúne Tesouro, Banco Central e **INSS**) registraram em janeiro o maior superávit para o mês desde o início da série histórica, em 1998. A diferença entre receitas e despesas ficou positiva em R\$ 76,5 bilhões - ante R\$ 43,5 bilhões há um ano.

No acumulado de 12 meses, o resultado ainda é negativo em R\$ 9,7 bilhões, equivalente a 0,02% do **PIB**. A meta fiscal de 2022 admite um déficit primário de até R\$ 170,5 bilhões, mas o governo espera um rombo inferior a R\$ 100 bilhões.

Em janeiro, as receitas tiveram alta real de 17,8% em relação ao mesmo mês de 2021. Já as despesas subiram 2,2%, descontada a **inflação**, principalmente por conta do pagamento de benefícios do Auxílio Brasil em janeiro de R\$ 7,2 bilhões, ante R\$ 3 bilhões do antigo Bolsa Família no mesmo mês do ano passado.

As contas do Tesouro registraram superávit de R\$ 92,54 bilhões.

Já o resultado do **INSS** foi um déficit de R\$ 16,01 bilhões, enquanto as contas do BC tiveram déficit de R\$ 64 milhões.

UCRÂNIA. O secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, disse que o Brasil está "bem posicionado" para enfrentar possíveis impactos nos mercados com o conflito na Ucrânia. Segundo ele, o País tem apenas 5% da dívida externa em dólares, participação de estrangeiros na dívida interna de pouco mais de 10%, 100% da necessidade de financiamento de 2022 em caixa e US\$350 bilhões em reservas internacionais. "O Tesouro está com um caixa confortável, monitoramos o mercado e podemos tomar medidas quando necessário."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF garante revisão da vida toda do INSS; veja quem tem direito

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria, nesta sexta-feira (25), para garantir que os aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) conquistem, na Justiça, o direito à revisão da vida toda. O tema 1.102, que tem repercussão geral, recebeu seis votos favoráveis e cinco contrários. O entendimento dos ministros será aplicado em todos os processos do tipo no país.

A revisão da vida toda é uma ação judicial na qual aposentados pedem que todas as suas contribuições ao **INSS**, inclusive as realizadas antes da criação do real, em 1994, sejam consideradas no cálculo da média salarial para aumentar a renda previdenciária. A correção pode render atrasados e mais de R\$ 100 mil. O julgamento do processo, que ocorre no plenário virtual da corte, começou em junho do ano passado, mas foi interrompido após pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. Faltava apenas o seu voto, que foi entregue nas primeiras horas desta sexta. O placar estava empatado em 5 a 5, e o voto favorável de Moraes foi decisivo.

Na época, foram favoráveis à revisão o relator, ministro Marco Aurélio, acompanhado pelos ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Ricardo Lewndowski. A divergência ocorreu com o voto do ministro Nunes Marques, que foi seguido por Dias Toffoli, Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Luiz Fux.

Na madrugada desta sexta-feira, Moraes apresentou seu voto, garantindo que o segurado que implementou as condições da aposentadoria após a reforma da Previdência de 1999 tenha direito ao melhor benefício.

"O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da lei 9.876, de 26/11/1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC em 103 /2019, que tornou a regra transitória definitiva, tem o direito de optar pela regra definitiva, acaso esta lhe seja mais favorável", diz o voto do ministro. A inclusão de todos os salários na aposentadoria passou a ser pedida na Justiça para tentar corrigir uma distorção criada pela reforma da Previdência de 1999. Na época, a regra de transição aplicada aos segurados do **INSS** criou duas fórmulas para apuração da média salarial utilizada no cálculo dos benefícios da Previdência.

Pelas normas, quem já era segurado do **INSS** até 26

de novembro de 1999 teria sua média salarial calculada sobre as 80% maiores contribuições realizadas a partir de julho de 1994. Já para os trabalhadores que iniciassem suas contribuições a partir de 27 de novembro de 1999, a regra permanente estabeleceu que a média salarial seria calculada com todos os salários de benefício.

A nova norma prejudicou os segurados que tinham muitas contribuições pagas em valores maiores ao **INSS** antes da implantação do Plano Real. Ao conseguir o direito de se aposentar nas regras de transição, o trabalhador teve seu benefício reduzido, por ter sido impedido de somar os salários maiores de antes de julho de 1994.

Em sua defesa, o **INSS** tentou argumentar, no julgamento de 2021, que a revisão traria um rombo de R\$ 46 bilhões aos cofres públicos em dez anos, o que foi utilizado no voto contrário de Nunes Marques. Na época, o Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários) pediu a suspensão do julgamento, solicitando detalhamento dos valores. Para os especialistas, a revisão é limitada e não trará esses gastos.

CONFIRA QUEM TEM DIREITO À REVISÃO DA VIDA TODA

Com a decisão, ações que estavam paradas na Justiça vão voltar a andar. No entanto, a revisão não é uma tese que vale a pena em todos os casos de trabalhadores que tinham contribuições ao **INSS** antes de julho de 1994.

Tem direito à revisão o segurado que se aposentou nos últimos dez anos, desde que seja antes da reforma da Previdência, instituída pela emenda 103, em 13 de novembro de 2019. É preciso, ainda, que o benefício tenha sido concedido com base nas regras da lei 9.876, de 1999.

A correção compensa, no entanto, para quem tinha altos salários antes do início do Plano Real. Trabalhadores que ganhavam menos não terão vantagem. Se incluírem as remunerações antigas, de baixo valor, poderão diminuir a aposentadoria que ganham hoje.

"Revisão da vida toda é uma ação de exceção. O segurado deve responder a essas perguntas para

saber se se encaixa no perfil. Além disso, precisa de cálculos, pois não compensa para todo mundo", afirma o advogado João Badari, sócio do Aith, Badari e Luchin Advogado.

Badari comemorou a decisão do Supremo. "O STF trouxe justiça social ao aposentado. Ele passou por cima de qualquer argumento econômico trazido pelo **INSS** para manutenção da segurança jurídica", disse.

Segundo a advogada Priscila Arraes Reino, do Arraes Centeno Advocacia, o resultado final do julgamento deve ser divulgado em 9 de março. Até lá, os ministros, com exceção de Marco Aurélio, que já se aposentou, podem mudar os votos, o que, segundo especialistas, não costuma ocorrer.

Gisele Kravchychyn, diretora de atuação judicial do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) e conselheira da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no Rio Grande do Sul, também comemorou a decisão em suas redes sociais.

"A revisão da vida toda passou no STF. Ministro Alexandre votou favorável, determinando que as pessoas podem, sim, escolher a regra mais vantajosa desde que elas tenham cumprido sim as duas opções. Parabéns para nós, vamos comemorar neste Carnaval a vitória da revisão da vida toda."

REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE 2019 LIMITOU CORREÇÃO

A reforma da Previdência do governo Bolsonaro, que passou a valer em 13 de novembro de 2019, modificou novamente o cálculo da média salarial, limitando a possibilidade da revisão.

A nova regra diz que, para todos que atingem condições de se aposentar a partir do dia 13 de novembro de 2019, a média salarial é calculada com todas as contribuições a partir de julho de 1994, ou seja, trouxe clareza quanto ao período das contribuições que entram no cálculo dos benefícios previdenciários pagos pelo **INSS**.

Por isso, a revisão da vida toda só poderia ser aplicada para quem completou os requisitos para se aposentar até 13 de novembro de 2019.

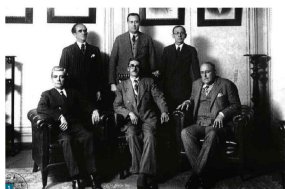
Além disso, é preciso ter recebido o primeiro pagamento da aposentadoria há menos de dez anos, respeitando o prazo de decadência para o pedido de correção de benefícios previdenciários. A revisão paga atrasados dos últimos cinco anos.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/supremo>

-garante-revisao-da-vida-toda-do-inss-veja-quem-tem-direito.shtml

Voto secreto surgiu há 90 anos com entraves e controle de grupos políticos



Renata Galf são paulo

Assim como em outros países, o sistema eleitoral brasileiro mudou bastante ao longo do tempo. Característica considerada fundamental, a previsão do voto secreto completa 90 anos neste mês.

A medida foi incluída no Código Eleitoral de 1932, em meio a um discurso de defesa da moralização das eleições, em contraposição ao contexto de fraudes eleitorais generalizadas durante a Primeira República (1889-1930).

Apesar de adotarem o voto secreto, os políticos envolvidos na elaboração das novas regras não optaram pelos mecanismos que seriam considerados mais efetivos para garantir o sigilo do voto, conforme apontam pesquisadores.

Entre os mecanismos previstos nas novas regras estava a sobrecarta oficial, uma espécie de envelope onde o eleitor deveria inserir a cédula com seu voto, além do isolamento do eleitor em uma cabine protegida.

Em meados do século 19, tinha surgido na Austrália um modelo que previa, além da cabine de proteção, o fornecimento de cédulas oficiais e idênticas, o que só veio a ser adotado no Brasil em 1955.

"Foi preciso mais de duas décadas para chegar até o voto australiano. Então, olhando com uma lupa historiográfica, por que a gente não foi até o melhor voto secreto ou os melhores mecanismos para o segredo do voto?", questiona Rogério Schlegel, professor de ciência política da Unifesp que pesquisou o debate sobre o tema naquela década.

Pelo modelo adotado a partir de 1932, depois de entrar na cabine, onde deveria inserir a cédula com seu voto na sobrecarta, o eleitor depositaria o voto na uma, sob a conferência dos mesários, que deveriam verificar se a sobrecarta era a mesma que havia sido entregue, pois esta era numerada e rubricada pelo presidente da seção eleitoral.

A regra também determinava que deveriam ser empregadas urnas suficientemente amplas, para impedir que as sobrecartas se acumulassem na ordem dos votantes, o que poderia permitir a identificação de quem votou em quem.

De acordo com Schlegel, tal opção sinaliza que as elites políticas queriam diminuir o nível de incerteza que as novas regras poderiam gerar. A avaliação é a de que, deixando a confecção das cédulas nas mãos dos candidatos e grupos políticos, a autonomia do eleitor era menor.

"A ideia era reduzir a incerteza, reformar, conservando. Porque ninguém sabia ao certo o que ia acontecer com esse novo mecanismo", diz.

Após a derrubada do regime anterior, Getúlio Vargas assumiu o poder como chefe do Governo Provisório sob a promessa de sanear as regras eleitorais brasileiras, bandeira da Aliança Liberal e da Revolução de 1930.

A inovação, com isso, promovia mudanças conforme prometido, mas ao mesmo tempo alinhada aos interesses dos grupos no poder.

Nesse sentido, Schlegel também destaca o fato de, ao longo das discussões da comissão da reforma eleitoral, o projeto ter eliminado a possibilidade de as cédulas serem manuscritas, restando a opção de serem impressas ou datilografadas.

"No dia da eleição, os velhos chefes eleitorais também

propiciavam a confecção de cédulas. Você ia votar e não ia [poder] escrever o nome", explica. "Isso dava controle [aos grupos políticos] da composição da cédula." Para além do questionamento quanto aos mecanismos adotados para buscar garantir o voto secreto, as evidências da época apontam que houve diferentes denúncias de fraudes que tentavam burlar o voto secreto.

Entre elas, o uso de sobrecartas que não eram opacas, o que permitiria com que os mesários vissem em quem o eleitor estava votando a partir, até mesmo, das diferenças de cada cédula, já que não havia um padrão.

Em 1933, as eleições de dois estados inteiros, Espírito Santo e Santa Catarina, foram anuladas pela Justiça Eleitoral, órgão recém-criado também pelo Código de 1932.

De acordo com a jurisprudência firmada pelo TSE na ocasião, bastaria a possibilidade de violação do sigilo do voto para que as eleições fossem anuladas.

"São nulas as eleições que se fizerem com o uso de sobrecartas que não sejam opacas, por importar na violação do sigilo do voto, ainda mesmo que não fique provada fraude." Uma notícia do Correio da Manhã sobre o caso capixaba, contudo, colocava em questão o porquê de o tribunal ter anulado as eleições capixabas, mas não as de Pernambuco.

De acordo com trecho do parecer do ministro, conforme noticiava a reportagem, a perícia teria constatado que a sobrecarta do Espírito Santo seria menos opaca que as dos estados de Ceará, Paraíba, Sergipe e Bahia; porém comparada com a de Pernambuco seria mais opaca.

Ou seja, a sobrecarta de Pernambuco, apesar de ter sido considerada mais transparente do que a do Espírito Santo, não provocou a anulação do pleito naquele estado.

Outra novidade incorporada com o Código de 1932 foi o alistamento obrigatório dos eleitores, com exceção das mulheres. O voto obrigatório seria adotado pouco depois, com a Constituição de 1934, estendido às mulheres que fossem servidoras públicas.

A obrigatoriedade do voto deixou de ter distinção entre homens e mulheres em 1946 e se mantém até hoje como uma das regras eleitorais.

Conforme aponta Maria do Socorro Sousa Braga, coordenadora do programa de pós-graduação em ciência política da UFSCar, o significado do alistamento obrigatório ou mesmo do voto obrigatório,

na época, era completamente distinto da situação atual.

"O principal entrave era o custo de você ir se alistar", diz ela, elencando obstáculos que iam desde a necessidade de o cidadão tirar uma fotografia para o seu título eleitoral até custos envolvidos com o deslocamento do eleitor ao local em que depositaria seu voto.

"Esse controle era muito em cima daqueles grupos que tivessem mais condições de bancar todo esse aparato necessário para o eleitor se fazer eleitor", afirma Braga.

Ela explica que, por isso, assim como ocorria com a confecção das cédulas, as elites e grupos políticos ainda tinham forte influência sobre quem iria ou não votar, apesar da recém-criada Justiça Eleitoral. "Esse controle do alistamento é algo que diferencia bastante de hoje." Paralelamente a tais entraves, as eleições do início da era Vargas foram marcadas pelo alistamento automático de grupos determinados, o que poderia favorecer o governo.

Tratava-se do alistamento ex-officio, que incluía magistrados, militares, funcionários públicos, profissionais liberais com diploma, comerciantes, entre outros.

"Os chefes das repartições públicas, civis ou militares, os diretores de escolas, os presidentes das ordens dos advogados, os chefes das repartições onde se registrem os diplomas e as firmas sociais, são obrigados, nos 15 dias imediatos à abertura do alistamento, a fornecer ao juiz eleitoral [...] listas de todos os cidadãos qualificáveis ex-officio", estabelecia o código.

Próximo às eleições, Getúlio Vargas ainda incluiria os sindicatos no grupo.

"A gente está diante de um governo ou de uma situação em que Vargas precisava ter mais apoio diante das forças que estão ali no governo", diz Maria do Socorro.

"Quanto maior o número de pessoas envolvidas nas eleições, mais sinalizava, especialmente para a oposição da época, o quanto aquele grupo que estava no poder tinha esse apoio da população." Dados da época indicam que, ao final, o número de eleitores alistados em 1933 foi menor do que nas últimas eleições da Primeira República, em 1930. Já o comparecimento às urnas foi maior: 84% do 1,5 milhão de eleitores foram votar em maio de 1933.

Em 2018, no primeiro turno das últimas eleições

presidenciais, a taxa de abstenção atingiu o valor de 20,3%, o maior índice desde 1998. Ao todo, pouco mais de 117 milhões de eleitores foram às urnas.

"A gente está diante de um governo ou de uma situação em que Vargas precisava ter mais apoio diante das forças que estão ali no governo. [...] Quanto maior o número de pessoas envolvidas nas eleições, mais sinalizava, especialmente para a oposição da época, o quanto aquele grupo que estava no poder tinha esse apoio" Maria do Socorro Sousa Braga coordenadora do programa de pós-graduação em ciência política da UFSCar

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

32

Os 90 anos do nosso primeiro Código Eleitoral (Artigo)

Volgane Oliveira Carvalho, SERVIDOR DA JUSTIÇA ELEITORAL, MESTRE EM DIREITO PELA PUCRS, É SECRETÁRIO-GERAL DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL E POLÍTICO (ABRADEP)

As mulheres estão cada vez mais organizadas em busca do reconhecimento e da efetivação dos seus direitos básicos. Militares, principalmente aqueles de baixa patente, estão agitados buscando maior participação política e mais espaço na administração pública. Temos um presidente odiado por muitos e amado por outros tantos, que chegou ao poder depois de um processo eleitoral turbulento, marcado por um atentado.

Este é um pequeno resumo do Brasil de 1932, quando o nosso primeiro Código Eleitoral entrou em vigor.

O documento é a concretização de um acordo firmado anos antes, no Castelo de Pedras Altas, entre Assis Brasil e Getúlio Vargas. Assis era um tradicional político gaúcho que perdera sucessivas eleições em decorrência de diferentes manobras fraudulentas, e este seu histórico fez com que condicionasse a adesão ao governo varguista a uma completa reestruturação do sistema eleitoral brasileiro.

O presidente concordou com a elaboração da norma depois de realizar um cálculo político bastante cuidadoso, pois, além de aliados importantes, a lei poderia angariar simpatizantes na classe média urbana, especialmente nos Estados do Sudeste.

É difícil, portanto, de identificar nessa equação qualquer apreço pela democracia ou genuína defesa da ampliação do direito de participação política.

O próprio Assis Brasil comandou a comissão responsável pela elaboração do documento.

A inovação que serviu de impulso inicial do texto foi a criação da Justiça Eleitoral e do voto secreto. Durante a Primeira República, a organização dos pleitos e a contagem dos votos eram tarefas dos governos locais, e a confirmação dos resultados era exercida por comissão do Poder Legislativo.

Além disso, o voto era aberto e exercido com cédulas que eram levadas de casa pelo próprio eleitor. Essa fórmula constituía-se em terra fértil para toda espécie

de trapaça.

A péssima fama das eleições brasileiras não irritava apenas os candidatos prejudicados pela fraude, mas também o eleitorado dos centros urbanos. Eram pessoas da nascente classe média, profissionais liberais, tenentes, funcionários públicos, pessoas que tinham um nível de escolaridade acima da média nacional, um senso crítico mais apurado e que não concordavam com a continuidade do modelo de eleições decididas com base na fraude eleitoral.

A comissão responsável pela elaboração do código, entretanto, não se fechou a outros pleitos da sociedade e cuidou de implementar mais alguns avanços notáveis. Por insistência de João Cabral, experiente jurista piauiense e futuro ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o texto incluiu o reconhecimento do direito de voto às mulheres. É de reconhecer, entretanto, que o Rio Grande do Norte já admitia o alistamento feminino em 1927 e assistira no ano seguinte à eleição de Alzira Soriano como prefeita de Lajes, a primeira mulher a comandar um município na América do Sul.

O reconhecimento do direito de voto às mulheres era uma luta antiga das sufragistas brasileiras, grupo no qual se destacou Bertha Lutz. Cabe destacar que alguns dos avanços alcançados pelo código de 1932 foram posteriormente anulados, mas o voto feminino permaneceu como regra desde então.

Outra grande novidade da norma foi a criação do sistema proporcional para a eleição de parlamentares. Tratava-se de um sistema mais justo do que o modelo majoritário, que era adotado desde o Império. As novas regras passaram a privilegiar as escolhas dos eleitores, contemplando nos órgãos legislativos todos os ideários políticos na proporção dos votos amealhados. No modelo antigo, apenas os mais votados eram vitoriosos, desprezando-se completamente todos os sufrágios que não foram destinados a eles.

A memória dos 90 anos do nosso primeiro Código Eleitoral não é apenas uma efeméride, na verdade, trata-se de uma grande oportunidade para que sejam revisitadas as lutas pela democracia e regularidade das eleições brasileiras.

Lembremos da luta para a criação da Justiça Eleitoral, inclusive com a morte de muitos na Revolução Gaúcha de 1923, o que poderá ser valoroso para apascentar aqueles que gritam pela sua extinção. Falemos sobre as dificuldades em torno da criação do voto secreto, o que poderá ser importante para desnudar verdades desprezadas por quem deseja um voto impresso.

Compreendamos o processo de criação do modelo de eleições proporcionais e a incrível luta para que todos os eleitores pudessem ver seu pensamento representado no Parlamento, o que poderá reduzir os ímpetus dos defensores do distritão, modelo imperial e excludente para a escolha de parlamentares.

Por fim, recordemos a luta feminina pelo direito ao voto, o que poderá ser essencial para que possamos agir criando medidas inclusivas que estimulem cada vez mais a participação das mulheres na política e o seu acesso aos cargos eletivos.

Comemorar os 90 anos do nosso primeiro Código Eleitoral é, em suma, uma oportunidade para gozar, com sabedoria, dos benefícios que ele introduziu no nosso modelo eleitoral, sem descansar no trabalho contínuo em busca do seu aperfeiçoamento e da sua concretização.

Volgane Oliveira Carvalho, SERVIDOR DA JUSTIÇA ELEITORAL, MESTRE EM DIREITO PELA PUCRS, É SECRETÁRIO-GERAL DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL E POLÍTICO (ABRADEP)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

2022 será ano desafiador para a economia brasileira



Divulgação



O que podemos esperar da economia brasileira em 2022?

Nada muito animador, já que o ano deve ser de crescimento baixo, juros altos, **inflação** elevada e desemprego em patamar ainda preocupante. O cenário global deve ser um dificultador a mais para a recuperação, que vai depender do quadro que se desenhar nas eleições presidenciais.

Essas foram algumas conclusões do webinar "Estadão Think - Macro Brasil 2022: Uma análise das perspectivas econômicas para o País", produzido pelo Estadão Blue Studio em parceria com C6 Bank, realizado dia 16 de fevereiro.

"Esse ano vai ser desafiador porque o legado de 2021 é muito ruim em diversas frentes. A gente começa falando de uma **inflação** muito elevada, já superior ao limite da banda de tolerância da meta, que é de 5%. E, com isso, tem que subir juros. Quando isso acontece, é como puxar o freio de mão da economia", diz Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Para 2022, a previsão do Ibre é que a economia tenha um crescimento de 0,6%. Essa estimativa está bem próxima do 0,5% projetado pela equipe econômica do C6 Bank. O Boletim Focus do Banco Central (BC)

desta semana manteve em 0,30% a estimativa de avanço do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022.

Mas que herança é essa de 2021 que afeta tanto o crescimento deste ano? "A gente está vindo de uma **inflação** acumulada em 12 meses de dois dígitos; a taxa de juros deve chegar a 12,75% e permanecer nesse patamar até o fim do ano", afirma Felipe Salles, economista-chefe do C6 Bank.

O cenário global também tem um peso importante para esse ambiente mais negativo.

"Muito do que acontecer este ano no Brasil depende do que vai ocorrer no exterior. E aqui temos duas questões importantes.

Uma delas é a alta dos juros nos países desenvolvidos, e outra é essa questão geopolítica entre Rússia e Ucrânia que pode ter efeitos sobre o mundo, sobre o preço dos combustíveis", diz Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) já iniciou a retirada dos estímulos à economia e indicou que deve começar a subir os juros a partir de março para tentar conter a alta de preços. "A **inflação** nos Estados Unidos é um problema sério, está começando a ficar mais disseminada.

Com isso, a gente vê a necessidade de retirada de estímulos monetários não só nos EUA, mas em outras economias.

Esse movimento já está começando e deve se intensificar à frente", afirma Salles.

O peso da **inflação** global na economia doméstica poderia ser mais suave se não tivesse havido uma piora do quadro fiscal depois que o governo alterou a sistemática de correção do teto de gastos para abrir espaço no Orçamento para pagar o Auxílio Brasil. "O ano passado foi marcado por uma piora do quadro fiscal. O País conseguiu amplificar um problema que já existia de **inflação** global. Terminamos 2021 sem saber se vamos ter sustentabilidade fiscal", diz Silvia.

Outro fator que atrasa o avanço é a baixa produtividade.

"O crescimento de longo prazo do País depende de como evolui sua produtividade. No Brasil a produtividade está crescendo pouquíssimo porque temos problemas estruturais seríssimos", afirma Appy.

Para avançar no crescimento de longo prazo, o diretor do CCiF defende uma **reforma tributária** mais ampla, que ataque **impostos** sobre bens e serviços e também

os que incidem sobre a folha de salários. Mas ele acredita que essa reforma fi cará para o próximo governo.

Para coroar essa combinação de fatores adversos, o País tem uma eleição presidencial pela frente. Anos eleitorais costumam ser marcados por muita volatilidade no mercado financeiro, já que há muitas incertezas sobre o futuro da política econômica.

"Incertezas são normais.

Isso vale para o Brasil e vale para o mundo todo", afirma Salles.

Mas o fato de os dois principais pré-candidatos à presidência já terem chefi ado o Executivo ajuda a mitigar um pouco dessas incertezas. "A gente já teve na prática a oportunidade de ver como eles conduzem as políticas monetária e fiscal. Além disso, é importante lembrar que o comando do BC vai ser mantido até o final de 2024. Podemos esperar uma continuidade da política monetária", diz o economista-chefe do C6 Bank.

Enquete realizada durante o webinar mostra que os brasileiros também estão pouco otimistas com a economia. Para 64% dos que participaram, a economia vai ficar em banho- -maria; 16% acreditam que vai decolar; e 20% consideram que só tende a piorar, com desemprego alto e infl ação.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Câmara legaliza jogo do bicho e cassino

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187150

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187150

Equipe de Guedes teme ações populistas sobre combustíveis com guerra



Fábio Pupo, Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) teme que o avanço nos preços internacionais do petróleo, devido à invasão da Ucrânia pela Rússia, intensifique a busca do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do Congresso por "medidas heróicas" para tentar segurar os preços dos combustíveis -mas que, na prática, não funcionam.

O time monitora com atenção o risco de o conflito prejudicar a economia global e afetar indicadores de atividade e **inflação**, embora considere ser ainda prematuro tirar qualquer conclusão.

Entre os membros da equipe do ministro, admite-se a possibilidade de uma eventual escalada nos preços de combustíveis levar presidente ou deputados e senadores a pressionar pela ampliação das iniciativas, hoje concentradas na desoneração dos **tributos** federais sobre o diesel e na mudança do ICMS.

Um dos grandes temores é que a crise sirva de pretexto para impulsionar novamente a ideia de criar uma conta de estabilização para segurar preços dos combustíveis, usando receitas de royalties, participações especiais e dividendos da Petrobras. Essa medida consta em um dos projetos de lei em discussão no Senado e vem sendo combatida pela Economia, mas tem defensores na ala política do

governo.

Na visão da área econômica, essa medida custaria caro e não teria nenhuma garantia de alteração substantiva na dinâmica de preços. Por isso, a avaliação no time de Guedes é que não adianta recorrer a esse tipo de solução.

O ministro já cedeu a parte das pressões anteriormente ao concordar com um corte de até R\$ 19,5 bilhões em **tributos** federais sobre o diesel e gás de cozinha. Por outro lado, esse é considerado um mal menor diante das reivindicações iniciais de desoneração da gasolina, do etanol e até mesmo da energia elétrica. Propostas apoiadas por integrantes do governo poderiam ter impacto superior a R\$ 100 bilhões.

No Palácio do Planalto, também há a percepção de que a escalada nos preços de petróleo e no câmbio deve alimentar a pressão por medidas sobretudo se a crise deflagrar novos reajustes pela Petrobras, que segue os preços internacionais.

Por enquanto, os preços dos combustíveis no Brasil não devem subir imediatamente, segundo o diretor de Comercialização e Logística da Petrobras, Cláudio Mastella. Em entrevista nesta quinta-feira (24), ele afirmou que a empresa vai aguardar a evolução do cenário internacional antes de decidir por repasses.

O secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, defendeu nesta quinta-feira que quaisquer medidas do governo sobre combustíveis sejam focalizadas.

"O Ministério da Economia, junto com a Casa Civil e o Congresso, já vem trabalhando em alternativas para combater essa questão da pressão do preço do combustível e devemos continuar nessas discussões", disse. "Qualquer medida tem que ser mais focalizada." O conflito entre Rússia e Ucrânia é visto inicialmente na equipe econômica como um fator que pode gerar repercussões ao Brasil mais pela situação da economia global do que por algum efeito direto na relação com esses países.

Um temor maior neste momento é como ficaria a situação da economia global, em especial nos EUA e na China -principais parceiros comerciais do Brasil-, em decorrência dos efeitos do conflito.

A avaliação de técnicos, porém, é que ainda é cedo para traçar um pano rama mais só -lido, sobretudo porque, em meio à volatilidade, é mais difícil identificar quais serão os efeitos mais duradouros -inclusive sobre os preços das commodities.

A Economia vai fechar as próximas previsões para **inflação** e crescimento em 12 de março, e a expectativa é reunir elementos para uma avaliação mais precisa sobre o cenário até essa data. Por meio da assessoria de imprensa, a pasta afirmou que prefere não dar declarações neste momento.

A tensão geopolítica trouxe instabilidade aos mercados, mas o secretário do Tesouro disse que o Brasil está "bem posicionado" para enfrentar o cenário de volatilidade e que apenas 5% da dívida é externa.

Ele afirmou que o órgão pode atuar no mercado em caso de necessidade. Em situações extremas, o Tesouro tem a opção de recomprar papéis para dar saída a investidores que preferem migrar para ativos de menor risco.

O órgão tem mais de R\$ 1,1 trilhão em caixa, o suficiente para bancar todo o serviço da dívida interna no ano. Além disso, o Tesouro anunciou já ter todos os dólares para pagar o serviço da dívida externa em 2022.

"Como o Tesouro está com caixa confortável e a gente acompanha o mercado permanentemente, estamos atentos e tomaremos as medidas necessárias. Mas acho que está cedo e que estamos bem posicionados", disse Valle.

O Banco Central, por meio do Comitê de Estabilidade Financeira, também se mostrou a postos para garantir a liquidez do mercado, sobretudo de câmbio. Apesar da sinalização, a autoridade monetária demonstrou confiança de que a exposição do sistema financeiro nacional aos efeitos das tensões geopolíticas é baixa, diante das reduzidas exposição cambial e dependência de financiamento externo.

"A carteira de crédito segue com bom desempenho, as provisões para perdas de crédito estão adequadas e os bancos seguem líquidos e bem capitalizados", disse o BC em nota. "O Comitê está atento à evolução recente do cenário internacional e segue preparado para atuar, minimizando eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais, em particular pelo canal do mercado de câmbio." No Ministério da Agricultura, um ponto de atenção especial é o mercado de fertilizantes -que já vinha sendo alvo de preocupação ao longo do ano passado por temores no abastecimento.

A Rússia é um dos maiores exportadores do produto e abastece 30% da demanda brasileira (de acordo com os dados referentes a 2022 do Ministério da Economia), e eventuais sanções ao país comandado por Vladimir Putin podem afetar o mercado.

A ministra Tereza Cristina (Agricultura) reconheceu que as compras brasileiras do produto podem ser impactadas. "É claro que preocupa porque o Brasil é um importador de fertilizantes", afirmou nesta quinta-feira.

Apesar disso, em sua avaliação, haveria outros vendedores. Segundo ela, o Irã fez recentemente uma oferta significativa de fertilizantes ao Brasil e os dois países discutem ajustes sobre o tema. Além disso, outros países também podem ser usados para substituir o fornecimento do produto -como Canadá e Marrocos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49832&anchor=6450814&pd=5f3d26043d009e7c2b9ecb627996a206>

Risco de lavagem e ganho econômico opõem analistas

MARLEN COUTO marlen.couto@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com a guerra, aumenta a inflação no Brasil - CLAUDIA SAFATLE

CLAUDIA SAFATLE

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187150

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187150

Congresso pede posição enérgica do país no conselho da ONU

TAINÁ ANDRADE TÁISA MEDEIROS *Saphael felice*

O Congresso não ficou indiferente à invasão russa da Ucrânia. Em nome do Poder Legislativo, o senador Rodrigo Pacheco (PSD) defendeu a democracia e ressaltou a necessidade de uma convivência harmoniosa entre as nações. Já as comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado e da Câmara dos Deputados ressaltaram que o Brasil, como atual integrante do Conselho de Segurança das Nações Unidas, deve atuar veementemente para que a Rússia deixe o território ucraniano.

"Encorajamos o Brasil, por meio de sua diplomacia e com assento neste órgão da ONU, para que atue de forma objetiva e clara em benefício do diálogo e da construção de uma agenda de paz e segurança", ressaltou nota assinada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG).

No Senado, o PT chegou a publicar uma nota, no Twitter, acusando os Estados Unidos de empurrarem a Ucrânia para o conflito, mas retirada do ar pouco tempo depois devido à repercussão negativa. O senador Jean Paul Prates (PT-RN), líder da minoria na Casa, disse que o Brasil deve condenar a agressão russa e chamou o conflito de "desrespeito" pelos mecanismos institucionais e diplomáticos.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PSD-AM), considerou a invasão como uma "estupidez" e demonstrou preocupação com os impactos no Brasil. "Câmbio e petróleo são calcanhares de aquiles no governo, porque tem muito impacto inflacionário. O governo precisa de tudo pra tentar conter a **inflação** e se viabilizar eleitoralmente", explicou.

Para o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), o presidente Jair Bolsonaro não se omitiu em relação à invasão russa. "Pedi que as vias diplomáticas sejam utilizadas para eliminar o conflito. Nós não somos uma potência mundial, uma potência bélica para tomar outro tipo de atitude", analisou.

Manifestações

Se Bolsonaro não foi enfático sobre a invasão à Ucrânia, seus prováveis adversários na corrida presidencial não se calaram. O primeiro a se

manifestar foi o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT): "A guerra só leva à destruição, ao desespero e à fome. O ser humano tem que criar juízo e resolver suas divergências em uma mesa de negociação".

Sergio Moro (Podemos) alfinetou Bolsonaro e Lula anotando que "é muito preocupante o apoio de Bolsonaro e do PT ao governo Putin. Eles apoiam o lado errado. O lado do agressor e do autoritarismo".

A senadora Simone Tebet (MDB) ressaltou que os impactos do conflito estão sendo sentidos em todo o mundo. "A reação negativa das bolsas de valores e a alta no preço do petróleo vão gerar recessão, mais **inflação** e mais fome no Brasil", disse. Ciro Gomes (PDT) também alertou para as consequências da guerra. "Precisamos nos preparar, especialmente por termos um governo frágil, despreparado e perdido", criticou.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB) disse que a guerra "nunca é resposta a nada". Já o senador Alessandro Vieira (Cidadania) citou o líder britânico Winston Churchill: "Não adianta tentar negociar com um tigre quando ele já tem a sua cabeça na boca", lembrou.

Pré-candidato do Avante, o deputado federal André Janones (MG) ressaltou que "o mundo sequer superou a guerra contra a covid e, agora, mais do que nunca precisa de paz para se restabelecer". Candidato pelo Novo, Felipe d'Avila classificou o ataque como o maior teste da democracia no mundo. "Está na hora dos países democráticos se prepararem para expelir esse populista autoritário, que é Vladimir Putin, da Ucrânia".

Recessão e mais inflação



A crise provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia resultará em um choque nos preços dos combustíveis e dos alimentos, porque os dois países do Leste Europeu são importantes exportadores de petróleo e de commodities, como trigo, cevada e milho. Logo, o Brasil não sairá ileso dessa conjuntura desfavorável. O crescimento econômico, que já está fraco, minguará de vez. E o bolso da população sentirá a peso da carestia.

Analistas alertam para as turbulências que devem se seguir a esse novo conflito geopolítico. O primeiro impacto da guerra ocorreu sobre o dólar que, na véspera, chegou a ficar abaixo de R\$ 5, mas encerrou o pregão de ontem com alta de 2,02%, cotado a R\$ 5,10. Com a ofensiva russa, o barril de petróleo tipo Brent foi negociado acima de US\$ 100 pela primeira vez desde 2014 ? bateu em US\$ 105 ?, cotado, no fim do dia, a US\$ 99. Assim, a gasolina e o diesel deverão ficar mais caros nas bombas, porque os preços definidos pela Petrobras acompanham o do óleo no mercado internacional, além da variação da moeda norte-americana.

Especialistas destacam que os bloqueios marítimos gerados pela guerra entre Moscou e Kiev afetarão diretamente o comércio mundial de trigo. Rússia e Ucrânia são, respectivamente, o primeiro e o terceiro maiores exportadores do produto do planeta. Juntos, os dois país produzem 14% do trigo global e respondem por 29% de todas as exportações do cereal. Como o Brasil é um dos maiores importadores do mundo, o efeito na mesa dos brasileiros começará pelo pãozinho, estendendo-se por produtos como macarrão, biscoitos, rações animais e cerveja.

Na avaliação do advogado e economista Alessandro Azzoni, professor de direito da Universidade Nove de Julho (Uninove), a alta nas cotações preços do petróleo e a dificuldade nas exportações de

commodities provocarão um efeito cascata nos preços em geral. "A Ucrânia produz 16% da soja mundial e 12% de milho. Se o escoamento desses produtos for afetado, o custo de rações para animais sobe e impacta as proteínas animais, ou seja, as carnes. Além disso, há um agravante sobre o gasoduto russo que abastece a Europa. Desta forma, podemos ter um aumento da energia elétrica na região e, com isso, o processo inflacionário no bloco provocará queda no consumo, reduzindo a demanda por produtos exportados pelo Brasil", disse.

José Luis Oreiro, professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), ressaltou que essa crise deverá afetar ainda os preços dos fertilizantes importados pelos agricultores brasileiros, deixando os alimentos mais caros. "O que podemos prever para o Brasil é a manutenção da inflação em patamares elevados (está em 10% ao ano), ao contrário da expectativa do Banco Central, que previa um recuo da carestia a partir de abril. Provavelmente, a instituição vai prolongar o aperto monetário e elevará a taxa básica de juros (Selic) para até 14% ao ano. Então, seja por elevação da inflação, seja por meio dos juros, isso impacta negativamente o consumo de bens duráveis e investimentos", alertou ele, que prevê um quadro perverso, composto por carestia, crédito caro e recessão. (Cristiane Noberto e Deborah Hana Cardoso)

STF perto de avaliar Fundão



Luana Patriolino

O Supremo Tribunal Federal (STF) está a um voto de manter o fundo eleitoral de R\$ 4,9 bilhões para as eleições de 2022, aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado. Ontem, após dois dias de julgamento, o placar da Corte chegou a 5 x 1 para rejeitar uma ação do partido Novo contra a aprovação do fundão.

Os votos foram dos ministros Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e do presidente da Corte, Luiz Fux. A única posição divergente até agora é do relator, André Mendonça, que defende a redução do valor para R\$ 2,1 bilhões, reajustado pela **inflação**. Faltam os votos de Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. A análise será retomada em 3 de março.

Nunes Marques entendeu que derrubar o valor aprovado pelo Congresso seria violar o princípio constitucional da separação dos Poderes. "A função de definir receitas e despesas do aparato estatal é uma das mais tradicionais e relevantes do Poder Legislativo, impondo-se ao Judiciário deferência institucional em relação ao debate parlamentar", afirmou.

De acordo com ele, "embora enfrentemos uma crise sanitária e econômica sem precedentes, não se pode perder de horizonte os signos que caracterizam nosso Estado democrático de direito, no qual a separação harmônica dos poderes é cláusula inafastável". "Ora, o controle da alegada má alocação dos recursos se dará nas urnas, oportunidade em que o financiamento público das campanhas voltará ao debate público." Fux, por sua vez, foi firme nas críticas ao valor elevado de recursos do orçamento da União destinados ao Fundo Eleitoral - maior cifra da história -, mas argumentou que a Corte não tem "capacidade

constitucional" para deliberar sobre esse assunto, que seria de competência do Congresso. "O valor é alto, mas inconstitucionalidade aqui não há", frisou.

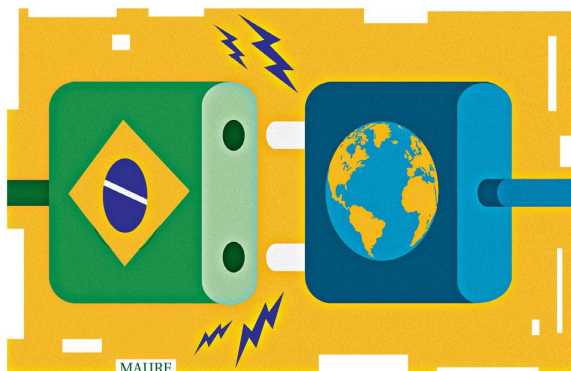
O presidente do STF ainda reclamou que a Corte tem enfrentado problemas por lidar com a judicialização de questões políticas, como a formulação do Orçamento anual. Segundo o ministro, a ação em discussão seria um exemplo de partido que "mais uma vez, perde na arena política e traz o problema para o Supremo Tribunal Federal".

Ao comentar os efeitos que a decisão de manter o Fundão de R\$ 4,9 bilhões traria ao STF, após dezenas de campanhas e manifestações públicas contrárias à lei aprovada pelo Congresso, Fux ressaltou que "cabe a quem votou essa iniciativa pagar o preço social, não nós do Supremo. Nós não votamos".

Moraes também apresentou posicionamento semelhante ao de Fux e afirmou que o STF "não pode declarar (a lei) inconstitucional porque o valor é alto ou baixo". Na avaliação do magistrado, a discussão também refere-se à judicialização de questões políticas.

"É uma bandeira do partido-autor não usar recursos do fundo eleitoral. Agora, o fato de não se utilizar não leva à conclusão de que aqueles que utilizam estão desviando de finalidade ou estão agindo de forma imoral, porque o atual sistema eleitoral brasileiro adota esse financiamento quase que 100% com dinheiro público", sustentou. (Com Agência Estado)

Bolsonaro faz aposta de risco com os EUA - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

No dia em que o presidente Vladimir Putin pôs o mundo sob tensão ao invadir a Ucrânia, o presidente Jair Bolsonaro deveu uma posição firme contra a operação militar comandada por Moscou. O mutismo do chefe de Estado brasileiro contrasta com as duras palavras do vice-presidente Hamilton Mourão, que repudiou categoricamente o ataque russo, e impõe limites à nota do Itamaraty, a essa altura praticamente uma mensagem protocolar.

A postura de Jair Bolsonaro preocupa porque tem consequências diplomáticas com os Estados Unidos, país-chave na crise da Ucrânia. O presidente Joe Biden está cada vez mais pressionado a adotar medidas enérgicas contra a Rússia, mas enfrenta uma crise de popularidade. Trava batalhas domésticas,

como **inflação** alta, embates no Congresso e insucessos no combate à pandemia de covid-19. Claramente desafiado por Vladimir Putin, Biden precisa tomar decisões difíceis para conter o avanço das tropas russas e comandar uma resposta dura às violações internacionais cometidas pelo Kremlin.

Um desgaste para Joe Biden não seria ruim para Bolsonaro. O presidente brasileiro foi um dos últimos a reconhecer a vitória do democrata na eleição norte-americana. Bolsonaro, como se sabe, é simpatizante de primeira hora de Donald Trump. E não se sentiu constrangido, na semana passada, em dizer que Putin "busca a paz" no leste europeu.

A demora do presidente brasileiro em repudiar com veemência o ataque a Kiev, no entanto, é uma aposta de alto risco. Especialmente em momentos de tensão internacional, não convém provocar mais discórdias com um país tão estratégico para o Brasil como os Estados Unidos.

Valorização da PF

Três entidades de classe dos policiais federais estão empenhadas em uma campanha de valorização das categorias. A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) se juntou à Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) e à Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), a fim de reivindicar uma reestruturação na carreira, bem como a equiparação de benefícios concedidos a categorias semelhantes. Atualmente, os policiais federais não têm plano de saúde.

Investimento

Luciano Leiro, presidente da ADPF, lembra que investir na Polícia Federal é fortalecer o combate à corrupção. A cada ano, a PF recupera R\$ 43 bilhões aos cofres públicos. Para cada R\$ 1 aplicado na PF, há um retorno de R\$ 5,3.

Mandato fixo

Leiro é favorável, ainda, a uma antiga reivindicação na Polícia Federal: a adoção de um mandato para o diretor-geral da instituição. A ideia seria buscar um modelo usado na Anvisa ou no Banco Central. Mas há dificuldades para a proposta avançar no Congresso. O

mandato no comando da PF, na avaliação de Leiro, evitaria embates como o que aconteceu entre a corporação e o ex-ministro e presidiável Sergio Moro.

Em nome de Moïse

As comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara divulgaram o relatório final da missão conjunta realizada no Rio de Janeiro relativa à morte do refugiado congolês Moïse Mugenyi Kabagambe. O documento cobra providências das autoridades locais e aponta soluções para a melhoria de políticas públicas destinadas aos migrantes e refugiados no país. Moïse, de 24 anos, morreu por espancamento em um quiosque da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Maluf na condicional

O ex-governador Paulo Maluf (foto) poderá cumprir pena em liberdade condicional pelas condenações por crimes como lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. A decisão é do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal. Aos 90 anos, Maluf está internado no Hospital Vila Nova Star, na zona sul da capital paulista, após testar positivo para a covid-19. Fachin concluiu que, pelos critérios definidos em lei, o político está habilitado a pedir a progressão do regime.

Janaina no PRTB

A deputada estadual Janaína Paschoal anunciou a filiação ao PRTB-SP. Paschoal garantiu a legenda para enfrentar a disputa para única vaga ao Senado pelo estado de São Paulo.

Guerra agrava a inflação e a desaceleração no Brasil

Eduardo Cucolo

O conflito entre Rússia e Ucrânia agrava dois problemas que afetam a economia brasileira desde meados de 2021: a **inflação** e a desaceleração da atividade.

Além disso, pode ter antecipado o movimento de desvalorização do real que era esperado para o segundo semestre deste ano pela proximidade do processo eleitoral. Segundo economistas ouvidos pela Folha, mesmo que a guerra tenha curta duração, deixará marcas que serão sentidas por consumidores, investidores e trabalhadores, como a pressão adicional sobre os preços de alimentos e combustíveis e o adiamento nas decisões de investimento e contratação pelas empresas.

Nesta quinta (24), a moeda americana subiu 2,01% e fechou a R\$ 5,1040.0 salto ocorreu um dia depois de a divisa americana ter atingido o seu menor valor ante o real desde o fim de junho (R\$ 5,0030).

A experiência histórica mostra que choques geopolíticos têm uma duração não muito longa, mas são muito intensos em um primeiro momento, afirma o economista Armando Castelar, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Isso provoca movimentos de corrida para ativos mais seguros e pode deixar algum impacto mais permanente na **inflação** e no crescimento.

"A aversão a risco é o impacto dominante a curto prazo. O dólar se valoriza contra outras moedas. O câmbio, que vinha caminhando em uma boa direção [no Brasil], virou." Castelar diz que a incerteza em relação ao conflito tende a se reduzir, e a discussão determinante para a economia voltará a ser a questão da pandemia.

Passado esse primeiro momento, alguns preços devem voltar a cair, mas ele lembra que o processo de alta da **inflação** é mais rápido do que o movimento de queda. Por isso, em sua avaliação, há mais um motivo para que o Banco Central seja pressionado a elevar a taxa básica de juros dos atuais 10,75% para pelo menos 12,75% ao ano.

Luca Mercadante, economista da Rio Bravo, afirma que o principal impacto do conflito para o Brasil neste momento está relacionado à alta nos preços das commodities, como petróleo e trigo.

Por um lado, isso vai pressionar a **inflação**. Por outro, pode haver impacto positivo para os exportadores desses produtos, em seus resultados e em suas ações, por exemplo.

O barril do petróleo Brent, referência mundial para essa mercadoria, superou a marca de US\$ 105 durante o dia, maior valor desde 2014, mas fechou abaixo dos US\$ 100.

A alta dos preços dos produtos básicos é um dos fatores que contribuíram para a queda do dólar ante o real neste início de ano. Com o conflito, no entanto, muitos investidores já buscam proteção em ativos de menor risco, como títulos dos EUA, afirma Mercadante, enfraquecendo a moeda brasileira.

"Caso esse cenário de guerra piore, a perspectiva é que a gente veja uma migração para ativos mais seguros, e a Bolsa deve perder alguma força." Na avaliação do economista da Rio Bravo, a **inflação** mais alta não deve levar o Banco Central brasileiro a aumentar os juros acima dos 12,25% ao ano esperados por grande parte dos analistas, mas a taxa pode demorar mais a cair se a alta de preços se tornar mais persistente.

Outro risco para o país, segundo ele, é um possível enfraquecimento da economia global, a depender, por exemplo, do impacto nos fluxos de comércio. Uma pressão adicional na **inflação** nas economias desenvolvidas também pode levar a juros mais altos.

O professor do Insper Eduardo Correia afirma que, mesmo no cenário de uma guerra limitada e de curta duração, o conflito adia a retomada da economia global e complica o cenário de **inflação** para o Brasil, duas notícias ruins para os planos de reeleição do presidente da República.

Ele cita, por exemplo, a questão do câmbio, que poderia ajudar a amenizar a pressão sobre os preços.

"Não esperava que o dólar fosse ficara R\$5,00 até o final do ano, e essa crise precipitou o cenário de

desvalorização, porque todo mundo segue para o ativo mais seguro, que é o dólar", afirma. "Pode ser que demore ainda mais para a economia brasileira vencer esses problemas: recessão com desemprego e inflação."

Site:

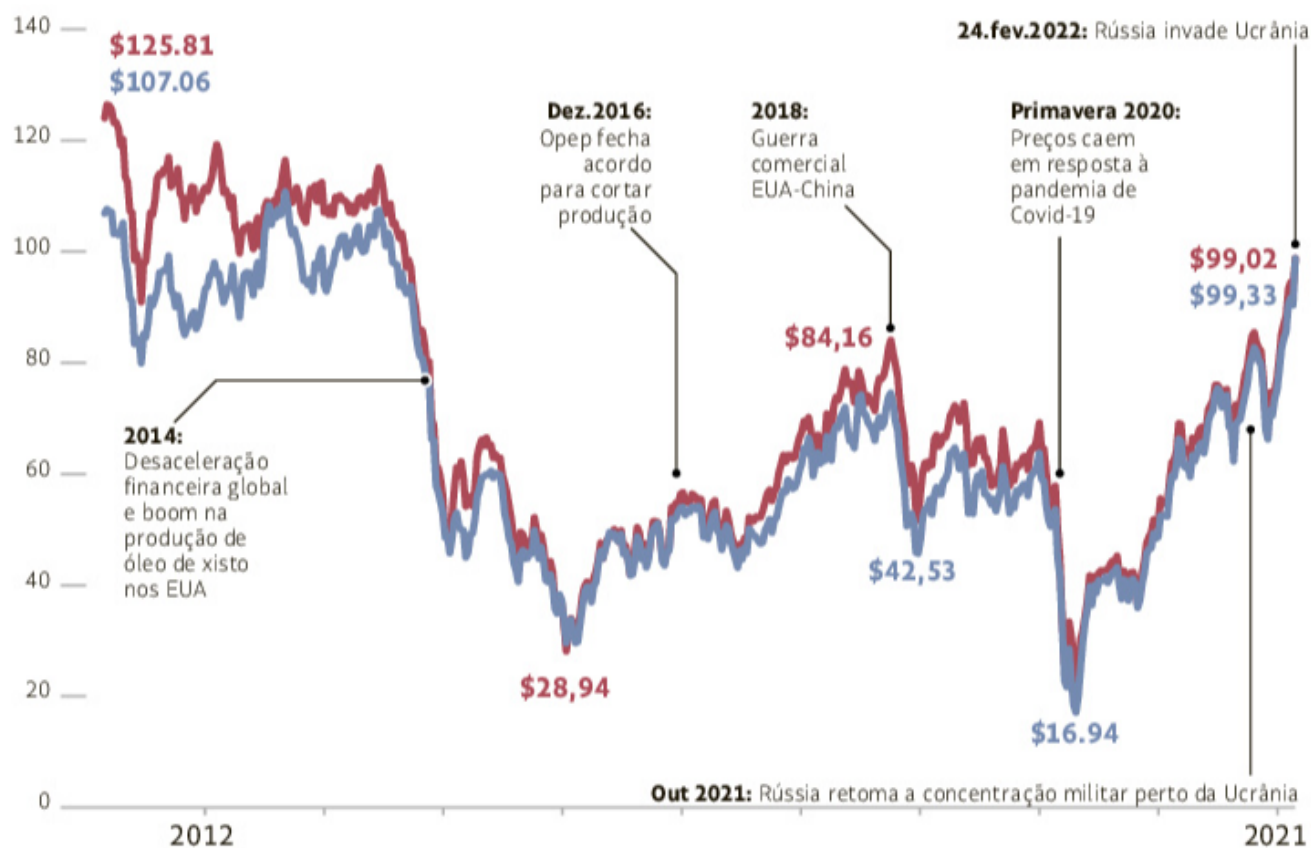
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49832&anchor=6450814&pd=5f3d26043d009e7c2b9ecb627996a206>

Preço do petróleo sobe com invasão da Ucrânia pela Rússia

Barril ultrapassou US\$ 100, atingindo seu maior valor em sete anos

■ Brent ■ WIT (West Texas Intermediate)

Preço do barril de petróleo, em dólar

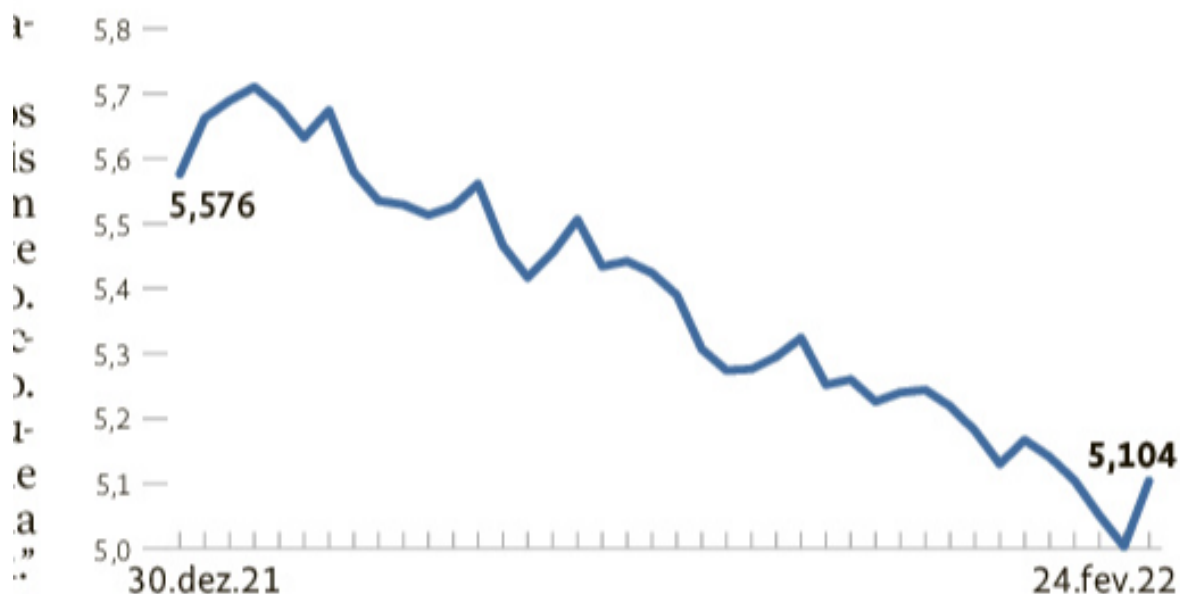


Fonte: BBC, Reuters, Trading Economics

Câmbio em 2022

Fechamento diário do dólar

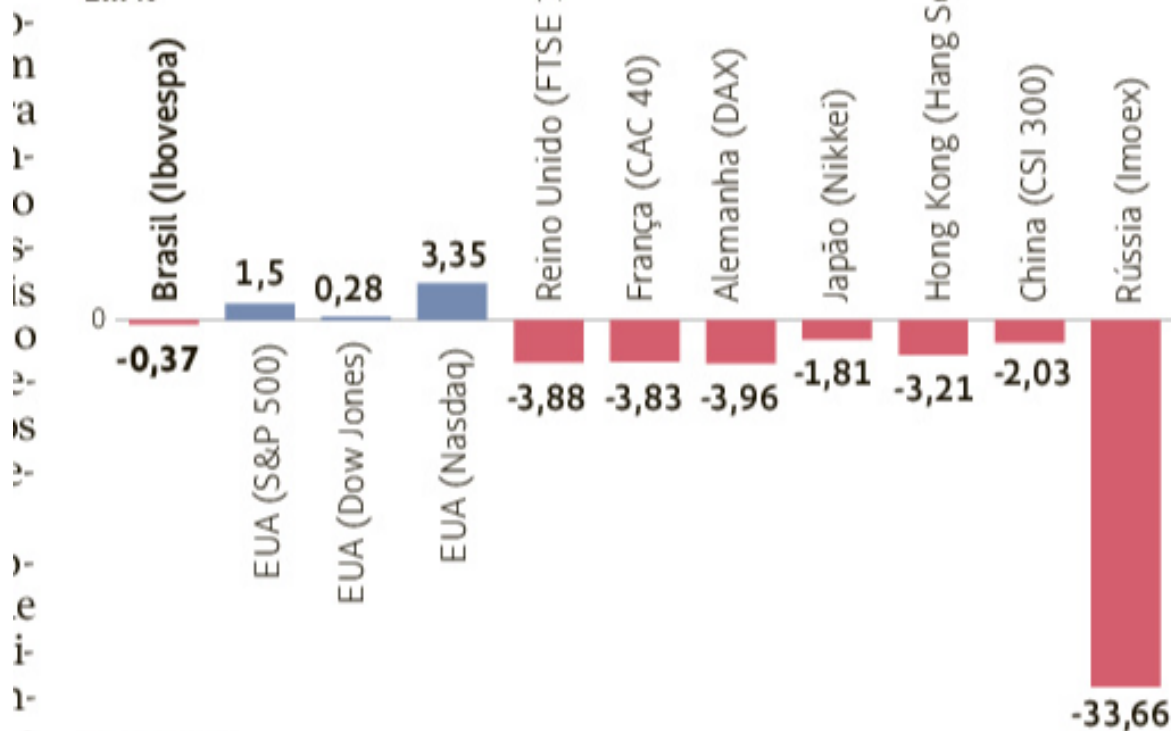
Em R\$



Bolsas

Fechamento dos principais mercados de ações nesta quinta (24)

Em %



Fonte: CMA

Petróleo supera US\$ 100, dólar volta a subir e Bolsa de Moscou cai 33%

Clayton Castelani

A quinta-feira (24) foi um dia de turbulência nos mercados internacionais e brasileiro, após o ataque da Rússia à Ucrânia, na mais grave crise militar na Europa desde a Segunda Guerra.

Logo após o anúncio de envio de tropas pelo presidente russo, Vladimir Putin, durante a madrugada pelo horário brasileiro, o petróleo ultrapassou os US\$ 100 pela primeira vez em sete anos.

As principais Bolsas asiáticas -Tóquio, Hong Kong e Xangai/Shenzhen- despencaram 1,81%, 3,21% e 2,03%.

A Bolsa de Moscou derreteu 33,28%, atingindo a cotação mais baixa desde 2007.

Durante o dia, com o início da operação dos mercados no Ocidente, a turbulência se alastrou. O impacto foi mais acentuado na Europa, onde as Bolsas fecharam antes do pronunciamento do presidente dos EUA, Joe Biden, no final da tarde.

O índice que acompanha as 50 principais empresas de países que utilizam o euro como moeda desabou 3,63%. Os mercados de Londres, Paris e Frankfurt afundaram 3,88%, 3,83% e 63,96%.

Já as Bolsas americanas, que fecharam após o discurso de Biden, reverteram as quedas e fecharam em alta.

O índice que acompanha as empresas do setor de tecnologia listadas na Nasdaq disparou 3,35%. Isso empurrou para cima o S P 500, referência do mercado dos EUA, que teve alta de 1,50%.

O índice Dow Jones, que reúne 30 grandes companhias americanas, subiu 0,28%.

A recuperação no principal mercado do planeta ocorreu, porém, a partir de um patamar já rebaixado.

Wall Street vinha caindo devido à expectativa de uma política monetária mais rígida para a contenção da maior **inflação** em 40 anos.

O Fed (Federal Reserve, o banco central americano)

prevê elevar os juros de referência do país a partir do próximo mês.

Parte da explicação para a virada após o discurso de Biden pode estar vinculada a concessões feitas a setores estratégicos para a economia global.

Biden bloqueou negócios das maiores empresas russas nos bancos dos EUA, inclusive da Gazprom, a gigante estatal de petróleo e gás.

Mas o governo americano abriu exceções. Essas grandes empresas banidas da finança americana são autorizadas, por exemplo, a fazer negócios relativos a energia.

A escassez de combustíveis que pode ser provocada por limitações a esse segmento poderia resultar em uma aceleração ainda maior da **inflação** global, obrigando o Fed a acelerar ainda mais a alta dos juros americanos.

Assim, a alta no preço do barril do petróleo Brent desacelerou. No início da noite, ele subiu 2,25%, a US\$99,02, abrandando as máximas observadas durante a manhã, quando alcançou US\$ 105.

No Brasil, o dólar disparou 2,01%, fechando a sessão cotada a R\$ 5,1040.0 salto ocorreu um dia depois de a divisa americana ter atingido o seu menor valor ante o real desde o final de junho.

Na quarta-feira (23), a divisa havia recuado 0,95%, a R\$ 5,0030, o que na ocasião representou um tobo de 12,4% desde o pico de valorização neste ano, de R\$ 5,71 em 5 de janeiro.

Com o início da ofensiva militar russa, porém, houve valorização global da moeda americana. Ela costuma ser mais procurada por investidores em períodos de incerteza. Isso explica a virada na taxa de câmbio no Brasil.

Outro efeito do temor gerado pela guerra nas finanças brasileiras foi a queda da Bolsa de Valores. O Ibovespa fechou em baixa de 0,37%, a 111.591 pontos.

Mais cedo, o índice de referência do mercado acionário do país havia tombado 2,57%, recuando à

mínima de 109.125 pontos.

Até esta quarta, antes da invasão russa à Ucrânia, investidores estrangeiros que enxergavam o Brasil como alternativa às baixas nas Bolsas de economias desenvolvidas mantinham um forte fluxo de investimentos no mercado financeiro doméstico.

O início de uma guerra, porém, faz investidores abandonarem fundamentos para se proteger contra riscos de perda, segundo Fernanda Mansano, economista-chefe da plataforma de investidores TC (TradersClub).

"Agora, diante de uma situação de incerteza, pode haver fuga [do capital estrangeiro] . A chance de desvalorização cambial a curtíssimo prazo é real", comenta a economista. "Costumo comparar esses momentos como dirigir quando está chovendo muito. O que você faz? Para o carro, espera passar, porque não dá para enxergar o que está lá na frente."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49832&anchor=6450814&pd=5f3d26043d009e7c2b9ecb627996a206>

Petrobras diz que vai aguardar para decidir sobre reajustes

Nicola Pamplona

O diretor de Comercialização e Logística da Petrobras, Cláudio Mastella, disse nesta quinta-feira (24) que a empresa vai aguardar a evolução do cenário internacional antes de decidir por repasses da disparada da cotação do petróleo após o início dos ataques russos à Ucrânia.

A cotação internacional do petróleo Brent bateu na casa dos US\$ 100 por barril pela primeira vez desde 2014, jogando pressão pela estatal, que já vinha praticando preços abaixo do mercado. O preço do gás natural também subiu e deve impactar a conta de luz.

"A gente precisa continuar observando um bocadinho, não temos resposta fácil nem simples", disse Mastella, em conferência virtual com analistas para detalhar o lucro recorde de R\$ 106,6 bilhões registrado pela empresa em 2021.

A Petrobras já vem sendo questionada pelo longo tempo sem reajustes em um cenário de alta nas cotações internacionais. Os aumentos mais recentes nos preços da gasolina e do diesel vendidos pela empresa foram em 12 de janeiro.

Na quarta (23), mesmo com a valorização do real, a defasagem entre os preços interno e internacional preço do diesel era de 5%, segundo a Abicom (Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis). No caso da gasolina, chegava a 9%.

Na conferência com a diretoria da Petrobras nesta quinta, analistas perguntaram qual o limite para segurar repasses.

"Em razão de diversas tensões geopolíticas, a gente tem observado elevação dos preços. Em paralelo, o dólar está se desvalorizando", destacou Mastella. "Com esses dois movimentos em contraposição, a gente conseguiu manter nossos preços." Sobre os impactos da situação na Ucrânia, ele disse que o mercado vive hoje um "pico de volatilidade" e que o momento ainda é de "extrema incerteza". Por isso, a empresa seguirá observando o mercado antes de tomar decisões.

"Nesse cenário, vamos continuar observando [a evolução das cotações] minuto a minuto", resumiu o

presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, em conferência virtual com analistas estrangeiros.

Especialistas acreditam que o conflito na Ucrânia manterá as cotações pressionadas, com impactos sobre a **inflação** brasileira, que já sofre com a escalada recente dos preços dos combustíveis e da energia.

"Os preços do petróleo e do gás estão subindo, e os esforços para explorar reservas estratégicas ou chegar a um acordo nuclear com o Irã pouco farão para interromper o impulso de alta", diz Edward Moya, analista de mercado financeiro da Oanda em Nova York.

"Mesmo que um acordo nuclear com o Irã seja revivido, a perspectiva de curto prazo ainda tem um enorme déficit de petróleo e não importa se você trocar as sanções do Irã pelas russas", conclui.

O mercado espera forte pressão sobre o preço do gás natural, já que a Europa tem grande dependência da Rússia no abastecimento desse combustível. Em 2021, cerca de 30% dos 84 milhões de metros cúbicos por dia consumidos, em média, no Brasil foram importados em navios, sob a forma liquefeita.

Com a recuperação dos reservatórios e o consequente desligamento de térmicas, essas importações caíram para 14 milhões de metros cúbicos por dia. Mas a busca europeia por alternativas à Rússia amplia a competição pelos contratos de suprimento.

"As instalações de exportação de GNL [gás natural liquefeito] dos Estados Unidos já estão operando perto da capacidade total e estiveram durante grande parte do ano passado", diz Ross Wyeno, analista líder para o mercado de GNL das Américas da S P Global Platts Analytics.

Segundo ele, a demanda europeia pode justificar ampliação dessas instalações, mas os resultados só começariam a ser percebidos em 2024.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49832&anchor=6450814&pd=5f3d26043d009e7c2b9ecb627996a206>

Guerra faz preço de grãos disparar e terá consequências sobre a inflação

Mauro Zafalon

A concretização da guerra entre Rússia e Ucrânia afetou os mercados agrícolas, o que terá grandes consequências para a **inflação** no mundo e no Brasil.

O trigo, um dos produtos mais sensíveis nesse conflito, devido à importância desses dois países do Leste Europeu no mercado internacional, atingiu US\$ 9,26 por bushel (27,2 kg) nesta quinta-feira na Bolsa de Chicago, com alta de 5,7% em relação ao dia anterior.

Desde quinta (17), quando as tensões aumentaram, o cereal já acumula alta de 17,4%. Isso vai custar caro para o Brasil, que importará 6,5 milhões de toneladas do cereal neste ano. O país é um dos maiores importadores de trigo do mundo.

O milho subiu para US\$ 7,19 por bushel (25,4 kg) no início do pregão, com alta de 5,1%, em relação a quarta-feira. No fechamento do mercado, o cereal recuou para US\$ 6,95.

A alta do milho afeta muito o Brasil, tanto na área de alimentação como na de combustível. O país ganha nas exportações, mas a quebra da primeira safra, devido à seca, mantém os preços do milho elevados internamente. Esse novo patamar de preços eleva o custo da produção de proteínas, pressão que chegará ao bolso do consumidor.

A pressão poderá vir também da soja, que abriu o mercado nesta quinta-feira em US\$ 17,65 por bushel (27,2 kg), com alta de 5,4%. No final do pregão, no entanto, a oleaginosa recuou.

Se a soja mantiver a tendência do trigo e do milho, o peso dessa alta virá não apenas sobre os alimentos mas também sobre os combustíveis. O óleo de cozinha, uma das principais altas dos índices de **inflação** nos dois últimos anos, voltará a subir. O **biodiesel**, uma alternativa ao petróleo elevado, tem em sua composição 70% de óleo de soja.

Para o produtor brasileiro, essa guerra ocorre em um momento delicado. Após vários anos de boas margens de liquidez, os custos de produção aceleraram e estão entre os maiores em dez anos.

A pandemia desestruturou parte do parque industrial de químicos da China, grande fornecedora de agroquímicos utilizados nas lavouras brasileiras. Os preços subiram, e há falta de alguns insumos no mercado.

Os fertilizantes também foram afetados pela pandemia e, mais recentemente, por sanções geopolíticas, colocadas por grandes potências a produtores importantes, como Belarus.

O conflito atual ocorre na principal região fornecedora de fertilizantes para o Brasil. Em 2021, os russos foram responsáveis por 22% dos 41,7 milhões de toneladas importados pelos brasileiros.

Rússia e Ucrânia têm grande importância na produção de grãos. Os russos produzem 76 milhões de toneladas de trigo e exportam 33 milhões. Juntos, os dois países são responsáveis por 29% do comércio mundial de trigo.

A Ucrânia produz 42 milhões de toneladas de milho e exporta 36,5 milhões. Ucrânianos e russos detêm 19,5% do milho comercializado no mundo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49832&anchor=6450814&pd=5f3d26043d009e7c2b9ecb627996a206>

Vale registra maior lucro da história do Brasil, de R\$ 121 bi

Nicola Pamplona

Favorecida pelos preços recordes do minério de ferro durante o ano, a Vale fechou 2021 com lucro recorde de R\$ 121,2 bilhões, mais de quatro vezes os R\$ 26,7 bilhões verificados em 2020. É o maior lucro de uma empresa aberta no país, passando os R\$ 106,6 bilhões anunciados na quarta (23) pela Petrobras, que detinha o recorde até então, de acordo com a Economatica. O resultado é recorde em termos nominais e reais.

Segundo a mineradora, o desempenho foi impulsionado pelo aumento de 46,5% no preço de referência do minério com 62% de teor de ferro e por maiores vendas durante o ano, que teve cotações recordes no mercado internacional. Com o resultado, a Vale propõe pagar US\$ 3,5 bilhões (R\$ 18 bilhões, pela cotação atual) em dividendos a seus acionistas. A empresa já havia distribuído em 2021 US\$ 7,4 bilhões (R\$ 37 bilhões), como remuneração pelo desempenho do primeiro semestre.

No balanço, como tem sido costume desde o rompimento da barragem que deixou 277 mortos, em 2019, a Vale elenca os esforços para reparação, dizendo que gastou nesses três anos R\$ 23 bilhões, incluindo os acordos para indenização individual de 12,8 mil pessoas.

A empresa disse ainda que já concluiu a descaracterização de 7 de suas 30 barragens construídas com o mesmo método usado naquela que se rompeu em Brumadinho, uma exigência legal após a tragédia. Neste ano, outras cinco devem ter as obras concluídas e a companhia negocia mais prazo para concluir o restante.

"Estamos percorrendo o caminho para sermos uma das empresas mais seguras e confiáveis do setor e referência na criação e compartilhamento de valor para toda a sociedade", escreveu o presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo no documento divulgado nesta quinta-feira (24).

No quarto trimestre, a mineradora teve lucro de R\$ 29,9 bilhões, alta de 243% em relação ao verificado no mesmo período do ano anterior.

Em 2021, a empresa vendeu minério de ferro pelo

preço médio de US\$ 104,5 Por tonelada (R\$534), 30,8% acima do verificado em 2020. No segundo trimestre, puxada da elevada demanda chinesa, a cotação ultrapassou pela primeira vez na história a barreira dos US\$ 200 (R\$ 1.020).

No ano, a Vale produziu 315,6 milhões de toneladas de minério, alta de 5,1% em relação ao verificado em 2020, reflexo da retomada de operações paralisadas após o desastre de Brumadinho e do maior apetite do mercado.

Com maiores vendas e preços melhores, a mineradora fechou 2021 com receita de 293,5 bilhões, alta de 42,4%. O Ebitda, indicador que mede o fluxo de caixa, subiu 82,3%, para R\$ 168,1 bilhões.

O Ebitda do segmento de minerais ferrosos, principal operação da companhia, fechou o ano em R\$ 169,8 bilhões, R\$ 59,7 bilhões acima do registrado em 2020.

A Vale reduziu seu endividamento em 8,2% em 2021, chegando ao fim do ano com dívida bruta de US\$ 12,2 bilhões (R\$ 62 bilhões). Com a dívida controlada e boa geração de caixa, a mineradora tem realizado programas de recompra e cancelamento de ações.

Essas operações têm como objetivo valorizar os papéis em circulação no mercado. Nesta quinta, a empresa aprovou um novo cancelamento, de 133 milhões de ações que estão em sua tesouraria.

Após um período de desaceleração, o minério voltou a subir nesta semana, seguindo movimento verificado nas principais commodities internacionais após o início dos ataques russos à Ucrânia.

No balanço, a Vale não traz referência ao ataque. Em sua avaliação do cenário futuro, diz que as perspectivas para o minério de ferro permanecem positivas diante da recuperação da economia global.

Por outro lado, a **inflação** global e o menor crescimento da China podem gerar risco sobre a recuperação. "A longo prazo, a transição de uma economia mais verde exigirá o consumo produtos de minério de ferro de maior qualidade de modo a garantir a redução de emissões."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49832&anchor=6450814&pd=5f3d26043d009e7c2b9ecb627996a206>

Desemprego recua em 2021, mas renda é a menor da década no país

Leonardo Vieceli

Como impacto da reabertura da economia, a taxa de desemprego recuou para 11,1% no quarto trimestre de 2021, informou nesta quinta-feira (24).

Isso significa que o indicador atingiu o mesmo patamar do quarto trimestre de 2019, antes da pandemia.

A volta ao mercado de trabalho, contudo, foi marcada mais uma vez pela queda na renda da população ocupada.

Segundo o IBGE, o rendimento real habitual foi estimado em R\$ 2.447 no quarto trimestre, baixa de 3,6% ante o trimestre anterior e de 10,7% em relação a igual período de 2020.

Trata-se da menor renda média do trabalho de toda a série histórica, iniciada em 2012. Os dados integram a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), que completou dez anos com estatísticas.

"Temos mais pessoas trabalhando [em relação ao período inicial da crise]. No entanto, o rendimento está mais baixo, tanto é que alcançou o menor nível da série histórica", disse a coordenadora de trabalho e rendimento do IBGE, Adriana Beringuy.

A taxa de desemprego de 11,1% veio em linha com as projeções do mercado financeiro. Analistas ouvidos pela agência Reuters projetavam marca de 11,2% no período.

O indicador estava em 12,6% no terceiro trimestre de 2021. Entre outubro e dezembro de 2020, era de 14,2%.

"Essa queda no quarto trimestre foi bastante expressiva. Nos últimos meses do ano, há uma tendência de redução desse indicador por causa da sazonalidade", disse.

"Nesse período, costuma haver redução da desocupação devido à maior absorção de trabalhadores em atividades como comércio e alojamento e alimentação. Somado a isso, há um processo de recuperação da ocupação em curso desde agosto do ano passado", completou.

O número de desempregados foi estimado em 12 milhões no quarto trimestre de 2021. Diminuiu 10,7% (menos 1,4 milhão de pessoas) ante o trimestre terminado em setembro e caiu 16,7% (menos 2,4 milhões) em relação ao mesmo período de 2020.

No quarto trimestre de 2019, antes do coronavírus, o Brasil tinha 11,9 milhões de desocupados.

"Ao que tudo indica, compensamos o impacto da Covid-19, mas voltamos à mesma situação dramática em que o emprego se encontrava antes da pandemia", apontou relatório do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

"Vale enfatizar mais uma vez: já são seis anos de elevadas taxas de desemprego e, a contar pela expectativa de estagnação do PIB em 2022, pode haver pouco progresso no presente ano." Já a população ocupada com algum tipo de trabalho foi estimada em 95,7 milhões de pessoas no último trimestre de 2021. É o maior contingente da série histórica.

Cresceu 3% (mais 2,8 milhões de pessoas) ante o trimestre anterior e subiu 9,8% (mais 8,5 milhões) sobre o mesmo intervalo de 2020.

O IBGE também divulgou a taxa média de desemprego no ano. Em 2021, o indicador recuou para 13,2%.

Apesar da baixa ante 2020, quando alcançou 13,8% com os efeitos da pandemia, o indicador ainda continuou acima do pré-coronavírus -era de 12% em 2019.

Conforme o IBGE, o número médio de desocupados foi estimado em 13,9 milhões em 2021.0 contingente ficou relativamente estável frente ao ano anterior.

Pelas estatísticas oficiais, uma pessoa está desempregada quando não tem trabalho e segue à procura de novas oportunidades. O levantamento do IBGE considera tanto o mercado formal quanto o informal.

Na média do ano passado, o rendimento real habitual foi de R\$ 2.587 no país. A quantia representa baixa de

7%.

Em parte, o rendimento menor reflete a escalada da **inflação**. Outros fatores que ajudam a explicar o quadro são a abertura de postos de trabalho com salários inferiores e o retorno de informais ao mercado, dizem analistas.

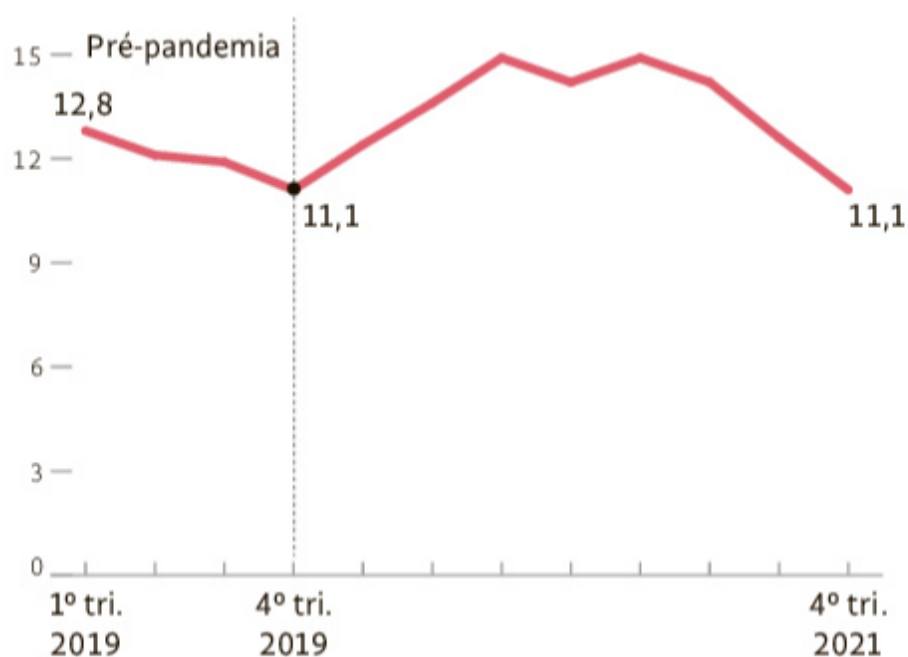
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49832&anchor=6450814&pd=5f3d26043d009e7c2b9ecb627996a206>

Mercado de trabalho no Brasil

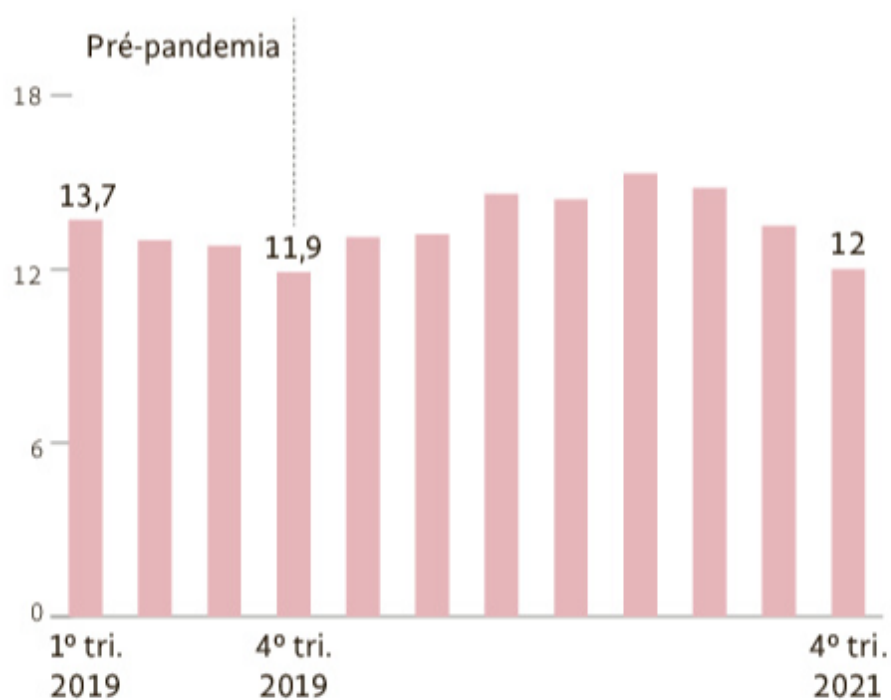
Taxa de desemprego trimestral

Em %



Número de desempregados trimestral

Em milhões



Fonte: IBGE

Rússia pode usar exportações de petróleo e gás como arma

MERCADO

ANÁLISE

NOVA YORK E TEXAS | FINANCIAL

times Uma coisa terrível para começar: a Rússia está em guerra com a Ucrânia. O petróleo Brent passou dos US\$ 100 (aproximadamente R\$ 510) pela primeira vez desde 2014.

Bem-vindo de volta à Fonte de Energia. Em qualquer outro momento, o maior leilão de energia eólica offshore da América seria manchete no noticiário de energia.

Calcula-se que o processo de licitação em andamento apresente somas recordes à medida que os possíveis desenvolvedores lutam pela oportunidade de erguer turbinas no litoral de Nova York e Nova Jersey.

Mas, por enquanto, o foco dos mercados globais de energia -e do mundo em geral- está na situação na Ucrânia, onde o presidente russo, Vladimir Putin, ordenou uma invasão militar em grande escala, desencadeando o que poderá ser o maior conflito na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Como as sanções ocidentais contra a Rússia deverão ser intensificadas em resposta, nossa principal pergunta hoje é o que poderá acontecer se Putin retaliar interrompendo as consideráveis exportações de petróleo e gás do país.

Nossa segunda nota é sobre uma reunião entre o principal diplomata para o clima dos Estados Unidos, John Kerry, e o magnata do xisto Harold Hamm. O Data Drill mergulha no último relatório da Agência Internacional de Energia sobre metano.

Os preços do petróleo Brent ultrapassaram US\$ 100 barril por temores de que a Rússia corte o fornecimento de petróleo russo aos mercados globais. Mas os fluxos de petróleo provavelmente permanecerão ilesos por enquanto.

O presidente Joe Biden disse no início desta semana que "defender a democracia e a liberdade nunca é sem custo", reconhecendo que a escalada das tensões está alimentando a alta do petróleo.

No entanto, as autoridades americanas têm afirmado com ênfase que não vão aplicar sanções ao petróleo russo de uma forma que prejudique os consumidores americanos na bomba, enquanto a inflação aumenta.

"Fomos bastante firmes para garantir que os efeitos de nossas sanções sejam dirigidos à economia russa, não à nossa", disse um alto funcionário do governo em um briefing no início desta semana. "Nenhuma das medidas visa interromper o fluxo de energia para os mercados globais", acrescentou ele.

É claro que o presidente Putin também terá sua opinião. Ele vai reduzir o fornecimento de petróleo em retaliação às sanções econômicas?

A Rússia produz cerca de 10 milhões de barris por dia de petróleo bruto, dos quais aproximadamente 4,5 milhões de barris/dia são exportados, sendo um dos maiores fornecedores de petróleo do mundo. Cortar parte outo-da essa oferta em um mercado global de petróleo já apertado faria os preços subirem bem acima de US\$ 100 o barril e causaria estragos nas economias ocidentais.

Essa poderia se tomar uma frente tentadora numa guerra econômica. Mas a reação a Putin seria substancial e difícil de conter.

Por um lado, a política interna de um corte no fornecimento de petróleo seria mais complicada para Putin do que para o gás. A grande maioria das exportações de gás é realizada pela estatal Gazprom,

enquanto o petróleo é exportado por um conjunto maior de empresas, muitas das quais são de propriedade privada. Um embargo de petróleo sustentado poderia irritar muitos desses produtores privados e forçar o fechamento de campos, potencialmente prejudicando o suprimento russo em longo prazo.

Putin também corre o risco de prejudicar sua própria economia, a menos que o aumento de preços resultante compense os menores volumes de exportação -situação que pode se prolongar se os preços caírem posteriormente, mas a Rússia não conseguir recuperar sua participação de mercado.

As consequências no exterior, enquanto isso, seriam muito mais difíceis de conter do que um corte nos fluxos de gás.

Enquanto a Rússia poderia infligir danos econômicos mais direcionados à Europa, restringindo o gás ao continente, o corte dos fluxos de petróleo seria sentido nas bombas de combustível globalmente, atingindo inimigos e aliados como a China. Até os parceiros da Opep+ de Moscou ficariam irritados com um aumento descontrolado de preços.

Nada disso quer dizer que Putin não possa ou não vá cortar o fornecimento de petróleo para os mercados globais. Mas em uma guerra de energia o petróleo seria a opção central.

O gás natural é uma arma muito mais fácil para a Rússia mobilizar. Embora o corte do fornecimento de petróleo desencadeie consequências mais amplas, os mercados de gás são mais localizados.

Cerca de 40% das importações de gás da Europa vêm da Rússia. E Moscou poderia exercer pressão imediata sobre o continente ao fechar as torneiras, com repercussões limitadas nos mercados globais.

Analistas da Rystad Energy estimam que o risco de Moscou decidir "reduzir ou interromper" os fluxos de gás para a Europa só aumentou desde que a Alemanha suspendeu a certificação do gasoduto Nordstream-2.

Os preços de referência do gás europeu já estão cinco vezes mais altos do que neste período no ano passado -e saltaram 20 euros nesta semana, para quase 90 por MWh (R\$ 569), com os corretores temendo a possibilidade de retaliação russa às sanções.

Se o Kremlin decidir dar a cartada do gás, as opções da Europa são limitadas: as importações africanas estão em declínio e não há muito para aumentar a oferta doméstica.

Espera-se que uma nova estratégia energética seja anunciada por Bruxelas na próxima semana, com o objetivo de afastar o continente do gás russo -mas isso levará anos para ser implementado.

Por enquanto, a Europa tem gás estocado para aproximadamente um mês, segundo o Conselho de Relações Exteriores. As distribuidoras têm cerca de mais nove semanas de fornecimento.

As importações de gás natural liquefeito seriam o principal método para preencher a lacuna. Os EUA têm coordenado esforços com países como Japão e

Qatar para fornecer mais remessas de GNL para a Europa. Mas com os mercados apertados o continente terá que pagar pelo privilégio.

Os analistas da ClearView Energy Partners. Justin Jacobs e Myies McCormiek, em Washington, observaram: "Quando se trata de gás natural, o GNL é a única alternativa realista disponível em larga escala em um curto espaço de tempo. Substituir o gás de gasoduto russo por importações de GNL em uma base contínua pode ser teoricamente possível, mas também proibitivamente caro."

Se você previu que após um ano de governo Biden o enviado climático dos EUA, John Kerry, se sentaria em Washington para discutir a energia americana com Harold Hamm, o pioneiro do petróleo de xisto e ex-aliado de Donald Trump, parabéns: seu prêmio está a caminho.

Ambos são muito ricos. Mas, de outra forma, é difícil imaginar um contraste maior do que aquele entre Hamm, o "self-made man" de Oklahoma nascido na pobreza, e Kerry, o graduado da Ivy League que fala francês e exala seu status de elite da Costa Leste.

Hamm me contou sobre sua reunião com Kerry quando eu estive recentemente em Ok-lahoma City para entrevistar o executivo-Chefe da Devon Energy, Rick Muncrief. Hamm disse que Kerry o contactou depois que eu relatei em um perfil de Hamm no mês passado que o enviado climático não havia respondido a pedidos anteriores para uma reunião com Hamm.

"Conversamos muito", disse Hamm. O barão do xisto disse que discordou de algumas das alegações de Kerry. "Ele está sempre lançando esses números sobre o petróleo e o gás serem subsidiados."

"'John', eu disse, 'perfurei mais buracos secos do que qualquer pessoa viva. E ninguém nunca me pagou um centavo'" contou.

(Os críticos dos subsídios de petróleo e gás dos EUA, que o governo Biden prometeu reduzir, citam um grande leque deles.)

As notícias do encontro não ajudarão a dissipar as idéias de que, diante do aumento dos preços do petróleo, o governo Biden -que inicialmente parecia tão focado no combate às mudanças climáticas- está se aproximando da indústria americana de combustíveis fósseis, a maior fonte de emissões americanas.

Do xisto ao carvão, os combustíveis fósseis americanos hoje estão crescendo. A promessa do presidente de parar o faturamento de xisto em terras

federais desmoronou.

O tão elogiado ataque ao metano pelo governo foi criticado como muito brando pelos gestores de ativos. Funcionários da Casa Branca, do presidente para baixo, pediram repetidamente aos produtores de petróleo que forneçam mais petróleo.

Hamm diz que não é republicano nem democrata -é um "oleocrata".

Mas tem sido uma voz frequente na política de Washington em ambos os lados do corredor, apoiando Donald Trump nos últimos anos, mas também pressionando o governo de Barack Obama para legalizaras exportações de petróleo bruto dos EUA.

Os dois também discutiram a poluição por metano, de acordo com Hamm. Kerry citou o histórico negativo da indústria do petróleo. Hamm, que apoiou os esforços de Trump para acabar com as regras contra poluição por metano da era Obama, contestou a afirmação de Kerry. "Quão prejudicial é isso realmente?", perguntou.

Muito, disse o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC na sigla em inglês) da ONU. O governo Biden fez da contenção do metano - um gás de efeito estufa virulento- uma pedra angular de sua política climática, e Kerry foi fundamental em um acordo global para reduzir as emissões de metano, considerado uma prioridade na luta climática. Parece improvável que Hamm tenha mudado a opinião de Kerry.

Um porta-voz do Departamento de Estado confirmou que os dois se encontraram e conversaram brevemente sobre a transição para energia limpa e as oportunidades de abordar as emissões de metano. Hamm também pediu para se encontrar com Gina McCarthy, a czar do clima doméstico de Biden.

À medida que os preços da energia disparam em todo o mundo, tapar os vazamentos de metano pode aliviar as pressões sobre os preços e reduzir as emissões do setor, diz a AIE (Agência Internacional de Energia).

Se todos os vazamentos de metano em 2021 fossem captados e comercializados, mais 180 bilhões de metros cúbicos de gás estariam disponíveis para o mercado; é o suficiente para o setor de energia da Europa, de acordo com o recém-lançado Global Methane Tracker da AIE.

A AIE também descobriu que as emissões de metano do setor de energia foram amplamente subnotifiCadas por 70% dos governos em todo o mundo. A organização cita essas informações incompletas e a falta de conscientização sobre a lucratividade da

redução como principais barreiras para manter os níveis de metano baixos.

Myles McCormiek, Justin Jacobs,

Amanda Chu e Derek Brower Tradução Luiz M. Gonçalves

Pontos de poder

Os produtores de gás dos EUA estão buscando o rótulo de "fonte responsável" para aliviar a pressão

dos investidores sobre as emissões, mas isso gerou acusações de lavagem verde.

O mercado de trabalho está tendo mais empregos verdes, mas os cargos tendem a ir para homens da geração do milênio, relata a Kristen Talman, da Moral Money

A mineradora Rio Tinto entregou o segundo maior pagamento na história corporativa do Reino Unido

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49832&_mather=0c0cea3693f56ac4&_ga=2.123242059.1545520517.1645776984-429082973.1562671609&anchor=6450717&pd=3cababe79377973146acda90568c8266

Guerra derruba Bolsas; dólar sobe 2%

A invasão da Ucrânia pela Rússia trouxe tensão ontem aos mercados globais, com a queda das Bolsas e o temor de uma disparada dos preços do petróleo. Ao longo do dia, no entanto, depois de o presidente americano Joe Biden ter anunciado uma série de sanções aos russos, os investidores se acalmaram um pouco.

Por aqui, a B3 fechou em queda de 0,37%, depois de recuar mais 2% durante a manhã. Na direção inversa, o dólar subiu 2,02%, cotado a R\$ 5,10.

As incertezas em relação ao conflito levaram os investidores a correr para ativos mais seguros, como os títulos do Tesouro americano e o dólar, deixando um rastro de prejuízos nos índices acionários dos principais mercados mundiais.

O índice Dax, da Alemanha, fechou em queda de 3,96%; o Pcac, de Paris, recuou 3,83%; e o FTSE, de Londres, 3,88%. Na Rússia, a Bolsa de Moscou chegou a cair 40% na retomada dos negócios, suspensos de madrugada.

Em Nova York, as Bolsas oscilaram bastante e, como no resto do mundo, tiveram quedas expressivas no início da manhã. O cenário mudou depois do pronunciamento de Biden: os índices reagiram e fecharam em terreno positivo.

O Dow Jones subiu 0,28%, enquanto o Nasdaq avançou 3,34%. O S P 500, no entanto, não teve tempo para mudar a direção e caiu 1,49%.

As sanções atingem bancos russos e adicionam novos nomes de membros da elite próximos ao Kremlin. Os alvos de bloqueio dos americanos somam US\$ 1 trilhão em ativos. Além disso, os Estados Unidos anunciaram sanções ao comércio exterior, que corta a venda de produtos de alta tecnologia para a Rússia.

PETRÓLEO. Outra medida que ajudou a acalmar os ânimos do mercado foi a promessa de Biden de liberar as reservas americanas de petróleo, caso haja necessidade.

A resposta do mercado foi imediata. As cotações, que haviam batido US\$ 105 o barril durante o dia, caíram novamente abaixo de US\$ 100. A medida reduz a pressão adicional sobre os preços da energia e dissipa temores sobre o impacto que a disparada do petróleo teria sobre a inflação e a política monetária global.

No Brasil, o Banco Central também tentou minimizar o nervosismo do mercado. A autoridade monetária disse que o Comitê de Estabilidade Financeira está atento "à evolução recente do cenário" e está preparado para atuar "minimizando eventual contaminação sobre os preços dos ativos locais", como o câmbio

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O conflito da Ucrânia e a economia - CELSO MING

CELSO MING

Dá para ter uma certa ideia de onde vêm as pancadas na economia brasileira em consequência dos desdobramentos da invasão da Ucrânia por tropas da Rússia. Mas não dá para antever o tamanho dos estragos.

Depende muito da intensidade e da duração do conflito, que ninguém está em condições de prever.

Os impactos do primeiro dia de beligerância foram fortes e, sobretudo, voláteis. Os preços do barril de petróleo tipo Brent, que nas últimas semanas já haviam disparado, nesta quinta-feira saltaram para US\$ 99 (avanço de 2,31%). Mas chegaram a passar dos US\$ 105. As bolsas despencaram em todos os centros financeiros do mundo. E as cotações do dólar em reais, que no dia anterior chegaram a resvalar para abaixo dos R\$ 5, voltaram a empinar e fecharam o dia a R\$ 5,1052 (alta de 2,02%).

O Brasil, que neste início de ano se beneficiara com a revoada de moeda estrangeira para cá, de um dia para o outro enfrentou retração.

Não está claro como as potências do Ocidente enfrentarão a agressividade da Rússia.

Os chefes de Estado e de governo prometem retaliações pesadas.

O risco é que esses revides sejam um tiro no pé, especialmente na Europa, altamente dependente de fornecimento de gás pela Rússia. Os fluxos de produção e distribuição de mercadorias, que já estavam desarrumados em consequência da pandemia, podem se desarrumar ainda mais e produzir redução da atividade econômica, com desemprego, **inflação** e o que vem junto.

Nova alta dos combustíveis e da energia será por si só inflacionária, especialmente no Brasil, onde os preços dos combustíveis dependem das cotações internacionais convertidas em reais pelo câmbio do dia. Mas pode acontecer o contrário.

Se houver quebra da atividade econômica, a demanda por mercadorias e serviços pode cair e, com ela, os preços.

Falta saber, também, até que ponto haverá novas esticadas dos preços dos alimentos, principalmente dos grãos (trigo, soja, milho etc.), se a demanda for pressionada pela necessidade de aumentar os estoques.

Pergunta relevante consiste em saber como os grandes bancos centrais vão reagir à situação.

Até agora, a ideia prevalecente era de puxar pelos juros para restabelecer a normalidade na oferta de recursos e crédito - uma vez que a pandemia vinha sendo contida. No entanto, na medida em que o risco de retração da atividade econômica aumentou, os bancos centrais poderão optar por adiar os apertos de suas respectivas políticas monetárias. Enfim, os fluxos de moeda e investimento estão à espera de clareza.

O nosso Banco Central ainda parece no escuro.

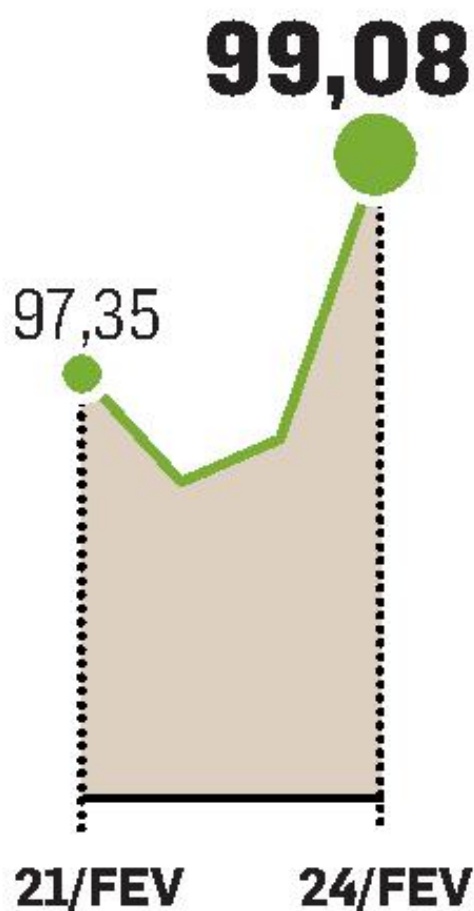
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INVASÃO DA UCRÂNIA

PETRÓLEO BRENT E DÓLAR FECHARAM EM ALTA APÓS INÍCIO DA INVASÃO RUSSA

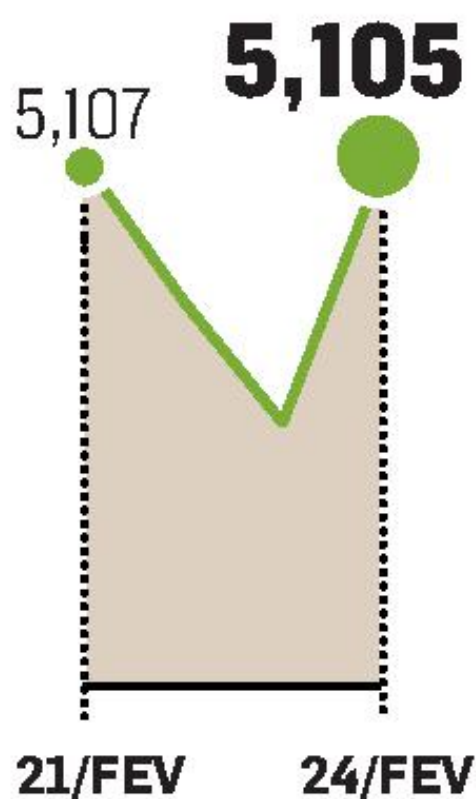
Brent

EM DÓLAR



Dólar

EM REAIS



FONTE: BROADCAST/ INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Para economistas, guerra deve aumentar inflação e desacelerar PIB no Brasil

MÁRCIA DE CHIARA

A guerra entre Rússia e Ucrânia deve reforçar o quadro de estagflação no Brasil - ou seja, aumento da **inflação** com queda na atividade. E o efeito deve ser imediato, segundo economistas.

Armando Castelar, pesquisador associado da FGV/Ibre, diz que haverá reflexos nos preços de petróleo, combustíveis, trigo, pão e alimentos, que devem subir ainda mais. Nas suas contas, a projeção para **inflação** deste ano deve passar dos atuais 6% para um intervalo entre 6,2% e 6,3%. A previsão de crescimento do **PIB**, por sua vez, que era de 0,6%, deve recuar para algo entre 0,3% e 0,4%.

Castelar lembra que o resultado acima do esperado da prévia da **inflação** deste mês indica que talvez o Banco Central tenha de ir além do patamar de 12,25% para a taxa básica de juros (Selic). Com o conflito na Ucrânia, acrescenta, essa tendência ganha força. "Possivelmente, além da reunião de março e de maio, (o Comitê de Política Monetária) vai ter de subir juros em junho." Na avaliação do economista e consultor Alexandre Schwartzman, o conflito entre Rússia e Ucrânia afeta produtos importados pelo Brasil, como petróleo, gás e trigo. Além disso, destaca ele, a pressão de alta do dólar também tem um efeito inflacionário. Ontem, a moeda americana subiu 2,02% ante o real. O dólar vinha experimentando nos últimos dias um movimento de baixa e chegou a cair abaixo de R\$ 5,00.

Para Castelar, a primeira reação a choques deste tipo, tanto por parte de investidores do mercado financeiro quanto da economia real, é segurar os planos e aguardar. Esse tipo de choque também amplia a aversão ao risco e fortalece as aplicações em títulos americanos, considerados mais seguros.

Castelar frisa que o padrão histórico observado em choques provocados por conflitos internacionais mostra que eles são críticos num primeiro momento e, gradativamente, há uma acomodação. A tendência é de que fundamentos econômicos prevaleçam.

DIPLOMACIA. Como o Brasil irá se posicionar na diplomacia com os EUA, a China e a Europa por causa da mudança na geopolítica mundial é o ponto crucial a ser acompanhado, na opinião do economista-chefe da

MB Associados, Sergio Vale.

Dependendo da nova configuração, ela pode ter impacto nos investimentos no País.

Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores, alerta que o conflito pode piorar também o fluxo das cadeias globais, que estava afetado por causa da pandemia. Já a economista Zeina Latif, consultora econômica, diz que os impactos do ponto de vista financeiro ainda são incertos. Para ela, desde que o conflito não atinja maiores proporções, não será fator de volatilidade de curto prazo para o Brasil, exceto a pressão inflacionária.

A economista da Tendências, Alessandra Ribeiro, lembra ainda de uma questão setorial que pode afetar a economia nacional, que é a importação de fertilizantes da Rússia.

Outro ponto, diz ela, é avaliar o impacto das sanções à Rússia na economia mundial, o que, sem dúvida, tem reflexo na atividade interna.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Risco fiscal é entrave para recuperação econômica de longo prazo

O risco fiscal é um dos principais entraves para o crescimento econômico de longo prazo do País. "O ambiente de incerteza eleva o risco-país e deixa o câmbio mais desvalorizado do que deveria ser. E a gente paga o preço de uma desaceleração econômica mais intensa, de um juro mais exacerbado", afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Exemplo disso é a pressão que o risco fiscal exerce sobre a cotação do dólar. "O dólar de equilíbrio fica perto de R\$ 5. Se eliminássemos o fiscal, o valor cairia para algo entre R\$ 4 e R\$ 4,50. Isso dá uma noção da magnitude de como o fiscal afeta o dólar", afirma Felipe Salles, economista- chefe do C6 Bank.

Quando o dólar aumenta, outros preços sobem junto - caso dos combustíveis, pressionando a **inflação** geral. No ano passado, o avanço da **inflação** acabou elevando a arrecadação do governo, permitindo a redução da dívida pública. Só que, neste ano, a tendência é de queda da arrecadação.

"A **inflação** afeta positivamente a arrecadação no ano corrente e impacta os gastos do ano subsequente. Em 2022, a arrecadação vai subir menos e os gastos vão subir mais. Esse é um dos motivos para explicar a volta do déficit primário e o aumento da dívida pública", diz Salles.

Para romper com esse ciclo, os painelistas defenderam a adoção de uma política fiscal anticíclica, que permite poupar nos anos de crescimento para gastar nos períodos de crise.

"Uma coisa que falta na discussão fiscal é a preocupação com uma gestão anticíclica para mitigar flutuações de gasto ao longo do tempo. Hoje, quando a arrecadação sobe, você aumenta o gasto. Mas, quando ela cai, não consegue cortá-lo", diz Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF).

Silvia citou o caso do Chile, que já adota esse tipo de política anticíclica. "O objetivo é fazer uma poupança nos anos de vacas gordas para poder conseguir gastar mais no período difícil. Estamos vendo as consequências de não ter uma política como essa." Produtividade Outro problema que precisa ser enfrentado é o da baixa produtividade, que passa pela

redução da informalidade. "O Brasil tem uma informalidade elevada no mercado de trabalho, o que traz problemas para o trabalhador e para a economia.

Os serviços informais são menos produtivos", diz Salles.

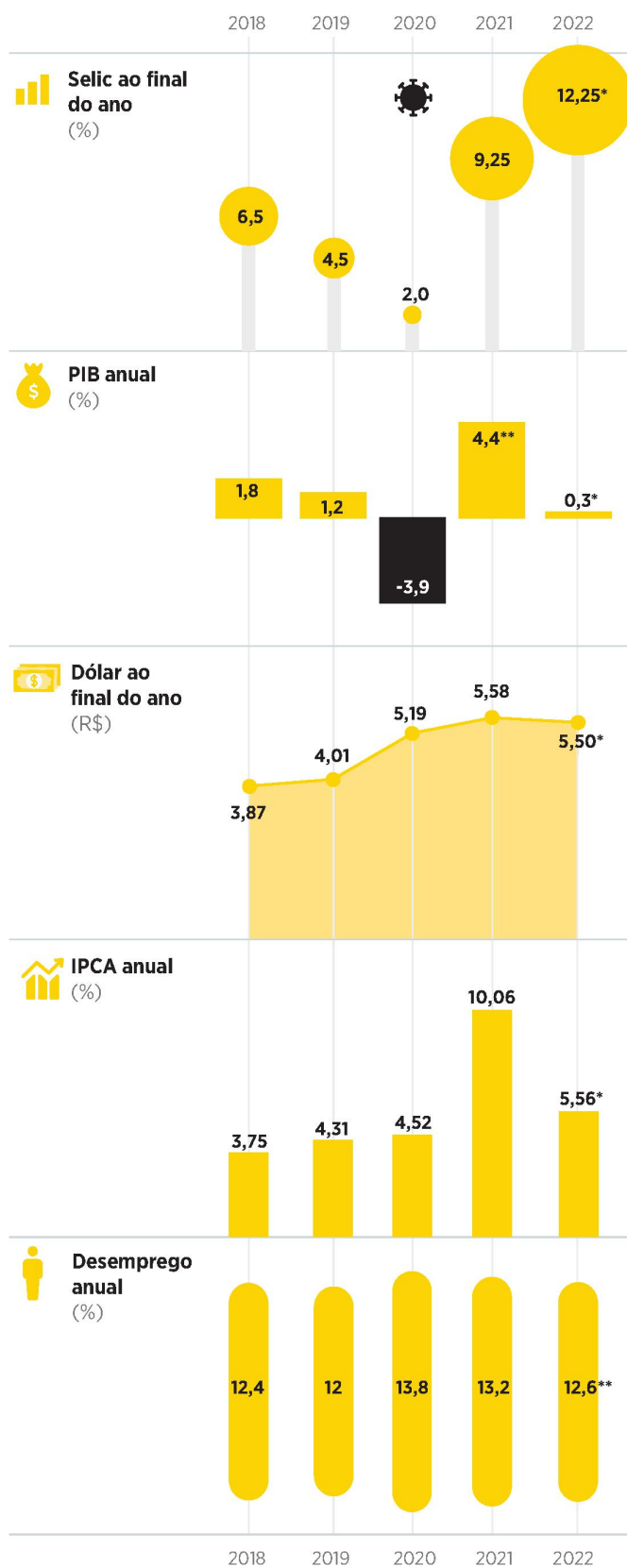
Para ampliar a produtividade, Silvia sugere investimentos na qualificação da mão de obra. "A pandemia ampliou o desemprego de longo prazo. A pessoa que fica muito tempo fora do mercado acaba perdendo habilidades. É necessário discutir a educação. A formação de capital humano é essencial para o crescimento de longo prazo." Salles concorda e defende investimentos na educação primária e secundária. "Quando a gente fala de crescimento potencial da economia, estamos falando de produtividade. E não vamos ter um **PIB** potencial elevado se não melhorarmos na educação." Appy citou três mudanças tributárias que considera fundamentais para o crescimento potencial do País. A primeira é em relação à tributação dos bens e serviços, que poderia contribuir para o aumento da produtividade. Depois, uma desoneração inteligente na folha de salário, focada na remuneração dos trabalhadores menos qualificados. Por fim, ele destacou a mudança no Imposto de Renda.

Combinada a essas mudanças, Appy diz que é preciso que o País tenha uma política fiscal consistente no longo prazo e uma agenda de reforma do Estado para aumentar a produtividade do setor público. "Com uma boa reforma do Estado, com políticas que estimulem o crescimento e alguma regra fiscal para controlar os gastos, você sinaliza que o Estado é solvente e consegue alcançar o equilíbrio macro, que é importante para ter crescimento constante no longo prazo."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Raio-X do País

Como se comportaram os principais indicadores da economia nos últimos anos



Invasão russa embaralha ação dos BCs no Brasil e no mundo

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187150

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187150